

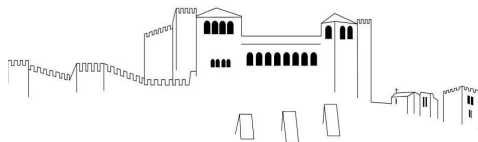
**ATA N.º 4/2023**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 26 DE  
ABRIL DE 2023**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Carlos Alberto Garcia Poço;
8. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
9. Dário Seguro Joaquim;
10. Eugénia Maria de Jesus Costa;
11. Fábio Micael Costa Bernardino;
12. Fernando Paulo Mateus Elias;
13. Helena Cristina da Fonseca Brites;
14. Hugo Miguel Heleno Morgado;
15. Joana Maria de Brito Cartaxo;
16. João Paulo Lavos de Moraes;
17. José Artur das Neves Ferreira;
18. José Carlos Matias Filipe;
19. José da Silva Alves;
20. José Manuel da Cunha;
21. Júlio Paulo Videira de Jesus;
22. Luís Manuel Coelho Prata;
23. Luís Paulo Pereira Fernandes;
24. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
25. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
26. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;



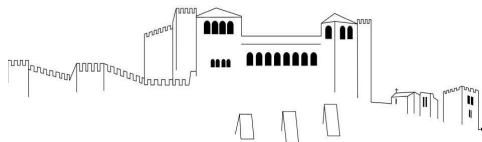
27. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;
28. Mário João Ley Garcia;
29. Mário Rodrigues;
30. Mário Sousa Gomes;
31. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
32. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
33. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
34. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
35. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
36. Paulo Pedrosa Pedro;
37. Raul Testa Fortunato Faustino;
38. Renato José dos Santos Cruz;
39. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
40. Sofia da Silva Francisco;
41. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
42. Telmo Filipe Moreira Marques;
43. Tiago António Leal Duarte;
44. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
45. Tiago Miguel Gago dos Santos;
46. Vítor Manuel Casimiro de Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- António Lacerda Sales, substituído por Rui Alexandre Pereira Lebreiro;
- Céline Moreira Gaspar, substituída por Lina António (Secretária);
- Cristiana Duarte Pinto, substituída por Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Pedro António Amado da Assunção, substituído por Olga Sofia Gomes Marques;
- Telma Carreira Curado, substituída por Emanuel Barbeiro.

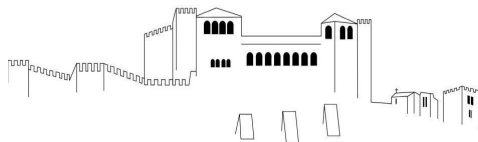


Faltaram os senhores vereadores Ana Catarina de Moura Louro e Luís Manuel da Silva Almeida Lopes.

A sessão foi presidida por **José da Silva Alves**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal e secretariada por **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra**, em substituição do 1.º Secretário da Mesa, e **pela deputada Susana Margarida Martins Sequeira Bertão**, em substituição da 2.ª Secretária da Mesa.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **21h00** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2022 – Apreciação, discussão e votação;**
- 3. Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2022 - Apreciação, discussão e votação;**
- 4. Relatório e Contas de 2022 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2022 - Apreciação, discussão e votação;**
- 5. Juntas de Freguesia:**
  - 5.1. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas do apoio para despesas de capital – União das Freguesias de Marrazes e Barosa - Apreciação, discussão e votação;**
  - 5.2. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 8 - Apreciação, discussão e votação;**
- 6. Contrato Interadministrativo - Obras 2023 - Apreciação, discussão e votação;**
- 7. Carta Educativa 2020-2030 – aprovação - Apreciação, discussão e votação;**
- 8. Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte:**
  - 8.1. Suspensão parcial do Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte e estabelecimento de medidas preventivas - Apreciação, discussão e votação;**
  - 8.2. Correção material da 1ª alteração ao Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte - Apreciação, discussão e votação;**
- 9. Redução das taxas aplicáveis ao Mercado Municipal da Praia do Pedrogão - Apreciação, discussão e votação;**



- 10. Adesão à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico** -  
Apreciação, discussão e votação;
- 11. Comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974** – Para conhecimento;
- 12. Relatório Anual de Atividades do Centro D'artes Villa Portela - Ano de 2022**  
-Para conhecimento;

\*\*\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **1ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente em exercício** deu início à sessão.

Intervenção do senhor **Presidente em exercício**

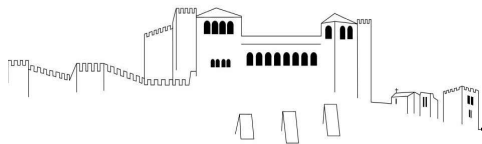
Transcrição:

*"Temos quórum, vamos então dar início à nossa sessão. O nosso Presidente está por razões da função que exerce está impedido de estar presente, portanto estou eu.*

*Boa noite, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhora funcionária, demais público, cidadãos de Leiria lá em casa, a todos muito boa noite e uma boa sessão.*

*Informar em primeiro lugar as substituições, António Lacerda Sales é substituído por Rui Alexandre Pereira Lebreiro, Pedro Amado da Assunção é substituído por Olga Sofia Gomes Marques, Cristiana Duarte Pinto é substituída por Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva, Telma Carreira Curado é substituída por Emanuel Barbeiro, Céline Moreira Gaspar, da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira, é substituída por Lina António que é Secretária.*

*Havia público inscrito, desistiu da inscrição, portanto, adiantamos os trabalhos e passamos às recomendações e moções. Foi apresentada uma moção pelo PSD, uma recomendação pelo PSD que tem como assunto "Prospecção, pesquisa e exploração de depósitos minerais" e foi apresentada pelo PS uma moção que visa, que apela à veemente necessidade de ser negado o pedido de atribuição de direitos de prospecção e pesquisa conhecido como Barosa. Penso que estas duas moções se interligam pelo menos uma com a outra e, portanto, a meu ver podíamos começar por apresentar a moção do, do PSD e depois o PS apresentava a sua moção, toda a gente tem, tem as moções, basta que digam alguma coisa acerca do assunto para quem nos acompanha lá em casa saber do que se trata e depois da discussão votaríamos cada uma delas, naturalmente em separado, se concordarem. Senhor representante do PSD que subscreveu a moção, força."*



**\*\*\* PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA \*\*\***

**Recomendação "Prospecção, pesquisa e exploração de depósitos minerais"**

*É sabido que no território correspondente ao concelho de Leiria, existem importantes reservas de depósitos minerais, nomeadamente de areias siliciosas, caulinos ou argilas especiais.*

*É compreensível que os operadores económicos, que atuam nessa área de atividade, procurem explorar essa riqueza natural, e que a par do desenvolvimento económico do concelho, contribuam para atenuar a dependência externa do país na obtenção de matérias-primas.*

*Recentemente têm sido apresentados vários pedidos de prospecção e pesquisa, que se vêm juntar às várias explorações já em atividade, e que permitem aferir os seus inúmeros impactos negativos.*

*Efetivamente, a experiência na exploração desses recursos naturais, tem demonstrado os seus impactos negativos no ambiente, na fauna e na flora, por via destruição da paisagem local e áreas florestais, pela descida dos lençóis freáticos, contaminação da água e dos solos, nas vias de comunicação pelo significativo aumento do tráfego de veículos pesados, na desvalorização das propriedades, e principalmente na qualidade de vida das populações mais próximas dessas atividades.*

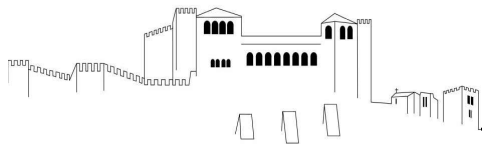
*Assim, face ao exposto e tendo presente em primeiro lugar os superiores interesses da maioria das populações a Assembleia Municipal de Leiria na sua reunião de 26 de abril de 2023 delibera:*

- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Leiria, que em resposta aos pedidos de parecer e de pronúncia no âmbito da atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais no concelho de Leiria, e a par da sua análise segundo critérios técnicos e de ordenamento do território, se pronuncie segundo razões de responsabilidade, de razoabilidade, de justiça e solidariedade para com as populações;*
- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Leiria que promova a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente do PDM, identificando as áreas possíveis de licenciamento de exploração, e impedindo a prospecção, pesquisa e exploração de depósitos minerais em áreas de proximidade a aglomerados populacionais.*

**Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino - PSD**

**Transcrição:**

*"Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição permita que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e os que assistem em casa.*



*Relativamente a esta recomendação começo por dizer que por forma a que a mesma seja, seja aprovada por uma ampla maioria e uma vez que nos chegou a informação que a recomendação que nós colocávamos no ponto 2 já está, a câmara já tem esse estudo, nós retiramos o ponto 2 da moção ficando só o 1 e o 3. Se calhar assim sendo vou (Presidente em exercício – ouve-se muito mal aqui na Mesa, mas a culpa não é sua, é naturalmente do som, nós estamos atrás do som, retira o ponto 2 da moção, é isso?) certo, correto ficando só o ponto 1 e o ponto 3. (PEE - O ponto 1, fica?) Sim, fica (PEE – sai o 2) Sai o 2 e continua o 3 (PEE – continua o 3, passa a 2, o 3 passa 2, não é?) Sim. (PEE – Faz favor, senhor deputado).*

*Se calhar, sendo assim eu vou então reler a proposta, ela também é curta e eu vou ser telegráfico. É sabido que no território correspondente ao concelho de Leiria, existem importantes reservas de depósitos minerais, nomeadamente de areias siliciosas, caulinos ou argilas especiais.*

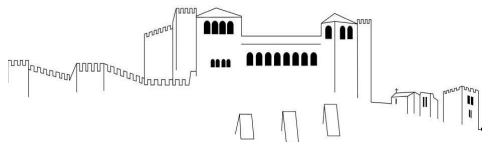
*É compreensível que os operadores económicos, que atuam nessa área de atividade, procurem explorar essa riqueza natural, e que a par do desenvolvimento económico do concelho, contribuam para atenuar a dependência externa do país na obtenção de matérias-primas.*

*Recentemente têm sido apresentados vários pedidos de prospeção e pesquisa, que se vêm juntar às várias explorações já em atividade, e que permitem aferir os seus inúmeros impactos negativos.*

*Efetivamente, a experiência na exploração desses recursos naturais, tem demonstrado os seus impactos negativos no ambiente, na fauna e na flora, por via destruição da paisagem local e áreas florestais, pela descida dos lenções freáticos, contaminação da água e dos solos, nas vias de comunicação pelo significativo aumento do tráfego de veículos pesados, na desvalorização das propriedades, e principalmente na qualidade de vida das populações mais próximas dessas atividades.*

*Assim, face ao exposto e tendo presente em primeiro lugar os superiores interesses da maioria das populações a Assembleia Municipal de Leiria na sua reunião de 26 de abril de 2023 delibera:*

- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Leiria, que em resposta aos pedidos de parecer e de pronúncia no âmbito da atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais no concelho de Leiria, e a par da sua análise segundo critérios técnicos e de ordenamento do território, se pronuncie segundo razões de responsabilidade, de razoabilidade, de justiça e solidariedade para com as populações;*
- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Leiria que promova a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente do PDM, identificando as áreas possíveis de*



*licenciamento de exploração, e impedindo a prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais em áreas de proximidade a aglomerados populacionais.*

*Tenho dito. Muito obrigado.”*

**Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa – Paulo Clemente**

**Transcrição:**

*“Exmo. senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, exmos. Vereadores, exmos. deputados municipais, exmos. Presidentes de Junta e de Uniões das Freguesias, cara comunicação social, caros intérpretes de língua gestual, minhas senhoras, meus senhores aqui presentes e público que acompanha através das redes sociais.*

*Senhor Presidente, não vou ler a moção, mas farei só apenas, uma vez foi distribuído, farei apenas uma pequena exposição. Falo-vos no nome de dois territórios, a União das Freguesias de Marrazes e Barosa e a Freguesia de Amor. Apresentamos uma moção que tem como objetivo ter o apoio desta Assembleia no sentido de salvaguardar as populações que neste território vivem e também protegendo as empresas instaladas, a sua diversidade ambiental e o futuro da nossa geração e das gerações futuras. Reforço que nada temos contra a empresa que solicitou o pedido de prospeção, no entanto, tanto o poder autárquico como a população destes 2 territórios não podem deixar de manifestar o seu total desacordo com este tipo de atividade que vem colocar em risco a saúde, a economia, o ambiente e o bem-estar das populações. Assim, contamos com todos os partidos aqui presentes e aqui representados que de forma inequívoca defendem o bem-estar das populações deste concelho para que junto dos decisores seja rejeitado o pedido de prospeção de inertes em causa. Disse.”*

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**

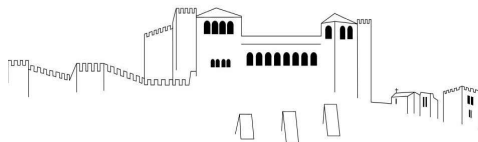
**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor deputado. Eu sei que o senhor Presidente da Câmara tem informação para prestar acerca deste assunto e com isso possa ter alguma relevância para a nossa discussão. Solicitava ao senhor Presidente da Câmara que desse um esclarecimento.”*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa em exercício. Cumprimento toda a Assembleia e queria neste ponto dar as seguintes informações: como sabem este pedido de prospeção teve um período de forte participação pública e neste, durante esse período e no seguimento daquilo que tinha sido o nosso parecer datado de dezembro do ano passado,*

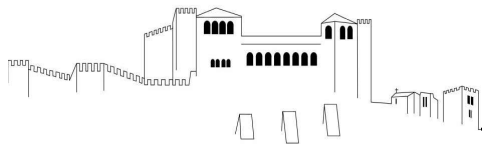


*existem circunstâncias supervenientes que conduziram a que hoje tivéssemos tomado a decisão de alterar o nosso parecer para parecer desfavorável. O motivo da mudança tem a ver com a reunião realizada no dia 17 de março de 2023 com as Infraestruturas de Portugal, reunião onde foram apresentados os estudos relativos à nova linha ferroviária de alta velocidade Porto / Lisboa ou onde os 2 traçados identificados como soluções e com hipóteses vão de certa maneira limitar a zona identificada para fazer a respetiva prospeção e eventual futura exploração. Daí resulta, como é óbvio, um forte, um forte, torna-se desaconselhável a viabilização da pretensão por parte da empresa uma vez que a construção da linha de alta velocidade poderá obrigar a futuras expropriações que irão onerar significativamente a construção da referida linha. Também durante o período de participação pública recebemos vários contributos sendo uma delas uma empresa sediada no concelho que tem uma forte participação em termos de evolução, não só tecnológica, mas também uma empresa que faz parte de um cluster de desenvolvimento muito importante na nossa região, ligada ao setor dos plásticos e moldes, que está sediada, tem uma parte da principal operação na Barosa e que faz também fronteira com o local que está a ser proposto para a futura exploração, eventual futura exploração. Os argumentos apresentados pela empresa foram analisados à luz daquilo que era a sua estratégia não só de desenvolvimento, mas também aquilo que é a nossa visão em termos de atividades económicas e, portanto, também foi um motivo posterior que foi avaliado uma vez que a empresa não, este tipo de empresa não consegue conviver com uma exploração de inertes na proximidade tendo em conta a incompatibilidade entre as poeiras, os camiões e aquilo que provoca naquilo que é o funcionamento de uma empresa de alta tecnologia. Tendo em conta estes motivos, a Câmara irá retificar na próxima reunião este parecer desfavorável o que irá no fundo remeter para a Direção Geral de Energia e Geologia esta nossa posição que teve como fundamento o trabalho realizado no período posterior ao envio do primeiro parecer e, portanto, uma vez que o assunto está a ser abordado não podia deixar de dar esta informação para poderem ter todos os dados até agora daquilo que fizemos e esta informação foi naturalmente preparada no dia de hoje e é por isso que tenho a obrigação de transmitir à Assembleia, obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado Dário Joaquim – CDS-PP**

**Transcrição:**

*"Exmo. senhor Presidente da Assembleia em exercício cumprimentar na sua pessoa todos os presentes, um cumprimento apenas e só muito especial para todos os munícipes que nos assistem aqui hoje seja presencialmente como remotamente por via da transmissão. Quero apenas deixar nota, e dada também aqui a necessidade de poupar algum tempo para a apresentação da moção que hoje aqui trago, o CDS tem acompanhado esta questão*



*de forma muito próxima tendo inclusive, de algum modo, estado junto do movimento popular a propósito de poder compreender e perceber aquelas que seriam as vontades da população, inclusive transcrita também aqui na moção que o senhor Presidente de junta de freguesia hoje apresenta, representa na verdade e trás a escrito aquilo que é a vontade das populações. Quero apenas deixar a nota, e uma vez que o senhor Presidente da Câmara fez o favor de trazer mais algumas anotações e de alguma forma evidenciar e trazer a nu aquela que é a vontade de opinião da Câmara Municipal que em nenhum dos argumentos que apresentou reflete aquelas que possam ser as vontades da população ou pelo menos nos argumentos que apresentou não tomou com ponderação e a preocupação daquelas que são as vontades das pessoas daquela, daquela zona. Obrigado, disse.”*

**Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL**

**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento-os a todos. Começo por dizer que a Iniciativa Liberal de Leiria não se revê no nível de discurso que se tem tido relativamente a este assunto.*

*Primeiro, o Sr. Presidente apoia o parecer favorável para a prospecção, e depois aparece, na Barosa, numa manifestação contra a prospecção, num exercício claramente populista. Ficámos também a saber hoje que o Sr. Presidente intercede pelo interesse da empresa em questão ao indicar a linha de alta velocidade como justificação para a mudança de posição: Sr. Presidente, a empresa retiraria o pedido de prospecção se tivesse essa preocupação, não precisamos que defenda os interesses de uma empresa privada.*

*Segundo, todo o ruído e desinformação que se tem criado à volta do assunto que inquina o discurso público, e que está espelhado na linguagem desta moção, linguagem como: “são conhecidos”, “é expectável”, que faz alegações de destruição de postos de trabalho, mas não diz nada sobre todos os outros postos de trabalho que dependem deste tipo de prospecção, e que não apresenta fontes com autoridade para nenhuma das alegações apresentadas.*

*Por isso vamos aos factos:*

*Apurando-se factualmente que a área de prospecção está demasiado perto das habitações;*

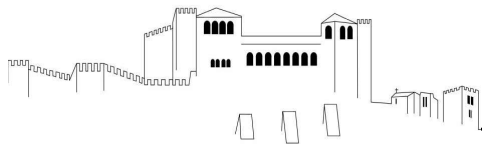
*Apurando-se factualmente que as estradas não suportam o trânsito dos pesados;*

*Apurando-se factualmente que a exploração traz uma descida da qualidade de vida para os fregueses, e que o benefício realmente não existe,*

*Então a Iniciativa Liberal de Leiria coloca-se ao lado da população na defesa daquilo que são os seus interesses legítimos.”*

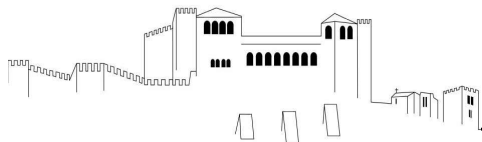
**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE**

**Transcrição:**



*"Exmo. senhor Presidente em exercício permita-me que na sua pessoa cumprimente de todos os presentes e todos aqueles que nos seguem e nos ouvem lá em casa.*

*Relativamente às moções da União de Freguesia, e refiro-me também já à do PSD, gostaria de apelar à memória de todos de uma situação muito idêntica a esta que tivemos, se bem se recordam, na Bajouca, na altura relativa à exploração de hidrocarbonetos, foi um processo que decorreu entre 2018 e 2020. Este processo então na altura marcado pela falta de clareza e sinceridade por parte do executivo camarário que queremos e desejamos aqui não se repita. Na data, o senhor Presidente foi exímio na forma como conseguiu dar a impressão que a câmara tudo faria para travar aquele processo, o problema é que, na verdade, não foi, fez o contrário. Quando em 2018 o Bloco de Esquerda trouxe a primeira moção para cancelamento dos contratos a mesma apenas teve 2 votos a favor, 47 abstenções e o restante foram votos contra. Mais tarde, veio o PS e o PSD apresentar moções não contra o cancelamento dos contratos, mas sim contra a utilização da técnica de fracking. O executivo chegou inclusive, em reunião de câmara, a reunir com a Australis sem nunca reunido na altura com os fregueses da Bajouca. Naquela altura, o executivo expressou por diversas vezes não ser contra a exploração de hidrocarbonetos na Bajouca, mas sim contra o recurso à técnica de fracking e isso tem que ser dito pois, pelo executivo, os contratos de exploração teriam continuado em vigor e o furo teria sido feito, mas quando a empresa por iniciativa própria abdicou dos contratos o executivo veio para as redes sociais congratular-se pela vitória então obtida. Hoje, temos um problema em tudo semelhante, mas a exploração é de inertes e a freguesia é da Barosa. O PSD, na moção que apresenta, é claro, mantém a posição que mantinha anteriormente, no que respeita a este tipo de exploração é a favor, tudo o resto que consta da moção são subterfúgios que tentam escamotear este facto. Por outro lado, a moção da freguesia é clara, tem o nosso apoio e votaremos favoravelmente a mesma, somos contra qualquer tipo de prospeção e pesquisa pois bem sabemos a forma como são levados a cabo e os prejuízos para o ambiente e população que estão bem patentes na moção que aqui nos foi apresentada. Assim, o que hoje aqui pedimos é efetivamente a câmara tome uma posição clara sobre isto porque efetivamente primeiro deu um parecer favorável, agora dá um parecer desfavorável, anda, acompanha a população em caminhadas, mas a sua posição é sempre dúbia e era importante que soubéssemos se a câmara é ou não a favor deste tipo de exploração que tem vindo a ser, começa a ser recorrente e que a câmara anda sempre aqui entre os pingos da chuva, ora toma uma posição, ora toma outra. A verdade é que esta, isto é uma posição tomada pela população da Bajouca que saiu à rua, fez um abaixo-assinado que teve o apoio da União de Freguesias e a câmara agora vem um bocado a reboque dar o dito por não dito*



*e virar o bico ao prego e nesse sentido não nos parece que seja esta uma atitude que deve ser levada a cabo neste tipo de situações pelo executivo. Disse.”*

**Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA**

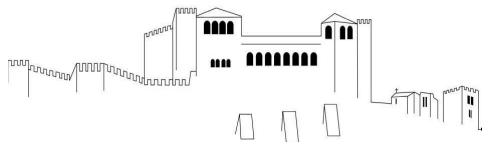
**Transcrição:**

*“Boa noite, cumprimentar o senhor Presidente em exercício e senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas cumprimentar todos os presentes e todos os que nos acompanham lá em casa.*

*Eu quero primeiro gastar apenas 30 segundos para dizer que não se compreende como é que um dia antes da sessão de hoje e no próprio dia recebemos 3, 4 ou 5 moções quando, quando esta Assembleia, alguns grupos desta Assembleia estão constantemente a queixar-se, nomeadamente ao senhor presidente da Assembleia, pela entrega tardia dos documentos. É bom tentarmos fazer aquilo que pedimos aos outros, aliás, a este respeito houve até uma debandada geral aos tempos porque não tiveram, que não tiveram tempo para analisar um documento, espero que isso não se venha a suceder depois.*

*Mas, feito, feito este reparo e no seguimento da moção apresentada pela União de Freguesias de Marrazes e Barosa quero começar por dar os parabéns e deixar um elogio à população das localidades que dizem respeito a esta exploração pela coragem e força demonstrada na defesa dos seus interesses e se calhar até mais importante das gerações futuras. Nem de propósito estivemos ontem a comemorar o 25 de Abril com um fantástico coro infantil que cantou, nomeadamente, o povo é quem mais ordena e neste caso foi realmente e espera-se que continue a ser o povo, aquela população quem mais ordena na defesa dos seus interesses do interesse público comum a todos nós. Por isso, acompanharemos naturalmente estas moções, ambas as moções a este respeito, o que não significa que estamos contra o investimento privado ou que queiramos limitar o crescimento dos operadores económicos envolvidos cujo contributo para a sociedade, inclusive para aquelas comunidades, é importantíssimo, mas antes, por acreditarmos que é possível conciliar o interesse público com investimento privado sem que ninguém tenha que perder e que dessa forma todos saíamos a ganhar e para o que a autarquia, as freguesias, todos nós autarcas temos o papel essencial. Quanto à posição assumida por parte do executivo municipal, eu não partilho exatamente da opinião dos meus colegas, ilustres deputados, não há vergonha nenhuma em se assumir que estávamos errados, em dar o braço a torcer se quisermos. Espero, espero que essa postura de humildade e reconhecimento do erro se possa transpor para, para outros assuntos, para outros temas, para outras áreas e para concluir, quero só dizer que ouvir o povo nunca é e nunca será populista, será sim a nossa obrigação. Muito obrigado.”*

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**



Transcrição:

*"Obrigado, senhor deputado. Espero que as suas recomendações sejam ouvidas por todos os membros desta Assembleia porque hoje mesmo chegaram moções e, portanto, elas são distribuídas quando chegam e os senhores deputados têm todo o direito de o fazer. Não há mais ninguém inscrito vou passar à votação da moção do PSD, proposta de recomendação prospeção...está alguém inscrito? Ah, Paulo Clemente, faz favor, senhor Presidente da União de Freguesias.*

Intervenção do senhor **Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa – Paulo Clemente**

Transcrição:

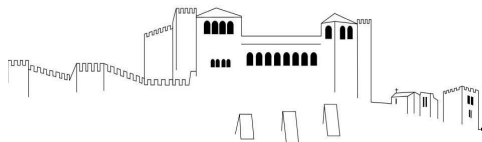
*"Senhor Presidente, gostava só de reforçar aqui uma questão que tem, relativamente à Câmara Municipal de Leiria que sempre manifestou a total, total oposição à prospeção e exploração de gás natural da Bajouca e em todo o concelho de Leiria e que pede e pediu ao Governo que tome medidas necessárias para pôr fim a este assunto. Relativamente ao senhor deputado da Iniciativa Liberal, quero-lhe dizer que esse estudo que o senhor referiu levava, que é o estudo da saúde, do impacto, qual é a riqueza gerada não foi nada que a Junta de Freguesia não tivesse já em campo para aferir realmente o que é que contribuía para o PIB, mas uma coisa eu posso-lhe garantir, para o concelho representava zero, aliás, se ler o parecer que está no Participa.pt refere que tem depois de repor. Eu dou-lhe o exemplo da minha freguesia, em Marrazes, junto ao aeródromo, também foi feita a prospeção de inertes e o que é que está lá agora? Há 20 anos que está a reposição? Não está. Para dizer, o que estou lhe a dizer, um estudo desses tem de ser um estudo sério e leva algum tempo, existe pessoas neste momento que estão a fazer este estudo porque a Junta de Freguesia pediu para aferir o que é que isso trazia de mais-valias, quer para o país quer para a população e esse estudo a decorrer, mas, como deve calcular, isso não se faz num mês, por isso, apelo-lhe a si antes de ir votar que vote, que esteja junto da freguesia das duas freguesias que estão aqui a colocar esta moção e apelo a estar junto do concelho porque estamos a defender uma questão que é do concelho, não é, isto não é partidário, é das populações e não estou, e reforço uma coisa, não estou contra a empresa, não estamos contra nenhuma empresa, estamos sim contra este local onde se vai ou onde querem fazer prospeção, disse, senhor Presidente."*

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

*"A moção que está em discussão que foi apresentada como a moção do PS é esta da União de Freguesias?"*

Intervenção do senhor **Presidente em exercício**



Transcrição:

*"É da União de Freguesias."*

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

*"Só estamos a falar de uma, não há uma..."*

Intervenção do senhor **Presidente em exercício**

Transcrição:

*"Não, é só uma. Como sabe, o Presidente de Junta integra-se no grupo municipal do PS."*

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

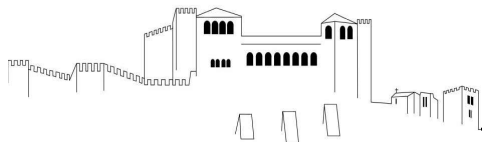
*"Claro, claro. É só para confirmar."*

Intervenção do senhor **Presidente em exercício**

Transcrição:

*"Agora que não há ninguém inscrito, portanto, vamos pôr a votação a **1ª moção "Proposta de recomendação de prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais"**, em que é subscrita pelo grupo municipal do Partido Social Democrata e no ponto 1 visa recomendar à câmara que em resposta aos pedidos de parecer, pronúncia no âmbito da atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais no concelho de Leiria e a parte da sua análise segundo critérios técnicos e do ordenamento do território se pronuncie segundo razões, responsabilidade, razoabilidade, justiça e solidariedade para com as populações, 2, Solicitar à Câmara Municipal de Leiria que promova a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente do PDM, identificando as áreas possíveis de licenciamento de exploração, e impedindo a prospeção, pesquisa e exploração de depósitos minerais em áreas de proximidade a aglomerados populacionais. Esta moção vai ser votada. Quem vota contra? Moção / recomendação. Quem vota contra? Nenhum voto contra. Quem se abstém? Nenhuma abstenção, portanto, **aprovada por maioria com voto contra do Bloco de Esquerda.***

*A moção apresentada pela União de Freguesias de Marrazes e Barosa, moção da Assembleia Municipal, **moção da Assembleia Municipal de Leiria quanto à necessidade veemente de ser negado o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa conhecido como Barosa** e que diz que a Assembleia Municipal reunida hoje vem afirmar de forma veemente junto do Governo sobre a necessidade de vetar o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa conhecido como Barosa e proceder ao envio da presente deliberação ao Governo na Assembleia da República, aos grupos de deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Leiria. Algum problema?*



*Quem vota contra? Não vejo nenhum voto contra. Quem se abstém? Uma abstenção, portanto, **aprovado por maioria com uma abstenção da Iniciativa Liberal.***

*A seguir, tem o PS a palavra para a moção sobre o IC 36.*

\*\*\*\*\*

**Moção para que o Executivo Municipal afirme com veemência junto do Governo da necessidade urgente e justa de isentar de portagens o troço do IC36, em Leiria, que liga a A1 à A8.**

Transcrição:

*"Considerando que:*

- 1. Se tem verificado um aumento de tráfego automóvel na região urbana de Leiria, resultado do aumento de população e da sua dinâmica económica;*
- 2. Os projetos e planos que têm sido desenvolvidos, alguns ainda em fase prévia de implementação, nomeadamente nos transportes públicos, têm como objetivo principal a redução do número de automóveis na malha urbana, com os ganhos ambientais associados;*
- 3. O troço do IC36 se comporta como uma variante à cidade;*
- 4. A existência de portagens é inibidora do seu uso, quer por parte de quem pretende apenas atravessar a cidade, quer para quem se desloca para localidades adjacentes à mesma;*
- 5. Que, em resultado da existência de portagens, estamos perante uma via com pouco tráfego associado;*
- 6. Que a isenção pretendida iria permitir uma redução significativa do número de veículos que atravessa a malha urbana de Leiria;*

*Vem a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 26 de abril de 2023, ao abrigo da alínea c) do artigo 12.º do seu Regimento, deliberar o seguinte:*

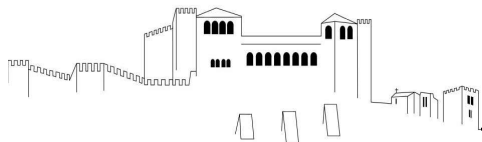
- 1. Que o Executivo Municipal afirme com veemência junto do Governo da necessidade urgente e justa de isentar de portagens o troço do IC36, em Leiria, que liga a A1 à A8.*
- 2. Que envie a presente deliberação ao Governo, à Assembleia do República e aos Grupos de Deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Leiria.*

O senhor **Presidente em exercício** deu a palavra ao senhor deputado Tiago Duarte.

Intervenção do senhor deputado **Tiago Duarte**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente em exercício permita-me que o cumprimento e assim todos os presentes e todos aqueles que nos estão a acompanhar em casa.*



*Eu não vou ler a moção, acho que todos tiveram acesso a ela. No fundo, esta moção visa junto do Governo, e pedindo ajuda aqui ao executivo municipal, proceder à isenção de portagens no troço do IC 36 que liga a A1 à A8 por considerarmos, julgo que todos nós, que sendo uma via circular, permitirá retirar muito trânsito do aglomerado urbano da cidade de Leiria. A moção é neste sentido, acho que não há muito mais a acrescentar.”*

**Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA**

**Transcrição:**

*“Ora, boa noite. O CHEGA é um dos partidos que mais se tem debatido na Assembleia da República pelo fim do pagamento das portagens em várias estradas, inclusive, viu ser chumbado pelo PS e companhia um projeto-lei para a implementação de um plano gradual de isenção do pagamento de portagens em todo o país. Por isso e cumprindo o princípio assumido de acompanhar tudo o que for positivo para o concelho venha de onde vier, o que infelizmente não acontece com outros grupos municipais, naturalmente acompanharemos esta moção para isentar as portagens do troço do IC36 em Leiria que liga a A1 à A8. Mas, e para que isto não caia em saco roto, fica o pedido expresso para que o Executivo Municipal venha em tempo útil informar esta Assembleia quais as diligências, os contactos efetivamente feitos junto do Governo e da Assembleia da República à questão objeto da presente moção e quais os resultados concretos, julgo que isto faz sentido. Muito obrigado.”*

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo PSD tendo dado a palavra à senhora deputada M<sup>a</sup> Margarida Sá.

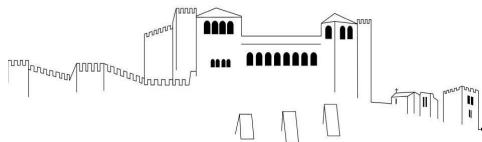
**Moção “Futura Central Coordenadora de Transportes de Leiria”**

**Intervenção da senhora deputada M<sup>a</sup> Margarida Sá - PSD**

**Transcrição:**

*Boa noite a todos. Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e todos os que nos acompanham a partir de casa.*

*Em representação do grupo municipal do PSD venho apresentar a moção sobre a futura central coordenadora de transportes de Leiria. O planeamento estratégico das cidades mais do que satisfazer as necessidades imediatas deve ter presente a evolução esperada e ambicionada para o território que abrange não condicionando o seu crescimento e desenvolvimento urbano futuro, mas tendo sempre como preocupação principal servir os*



*interesses da maioria da população. O Executivo Municipal de Leiria ao aceitar como boa a localização da futura central coordenadora de transportes para a zona desportiva procura dar a resposta mais fácil. Esta mudança já devia ter ocorrido há muito tempo e é necessário resolver este assunto a curto prazo, no entanto, o Executivo pretende apenas o menor dispêndio de dinheiro no imediato não acautelando os impactos negativos dessa decisão para o futuro da cidade. A localização da futura central coordenadora de transportes de Leiria é uma opção relevante e impactante para a cidade e para o concelho que deve resultar de um estudo abrangente que englobe de forma integrada, não só o estacionamento da cidade, mas também a mobilidade em Leiria, nomeadamente as ligações interconcelhias de Leiria com Marinha Grande, Pombal, Batalha e Ourém-Fátima e ainda a interligação com a ferrovia, com as redes de expresso, autocarros regionais, inter-regionais, transportes escolares e Mobilis. Esta localização não deve pôr em causa opções já tomadas no passado e que ficam completamente inviáveis por falta de integração e de planeamento estratégico. A sua construção na zona desportiva subverte o idealizado para a área, de utilização preferencial de equipamentos e atividades lúdicas e desportivas. Terá impactos negativos, não só visuais, mas também de poluição sonora e atmosférica sobre uma zona de prática desportiva, e sobre o aprazível local que é o Jardim da Almuinha Grande; zona de lazer e proximidade dos Leirienses à natureza, onde foram gastos recentemente cerca de 2,7 milhões de euros.*

*A construção da nova futura Central Coordenadora de Transportes de Leiria, a par da também já avançada localização do futuro pavilhão gimnodesportivo para a mesma zona, ocupará toda a faixa de terreno disponível junto ao Rio Liz, inviabilizando, desde logo, a eventual futura ampliação do complexo das piscinas municipais.*

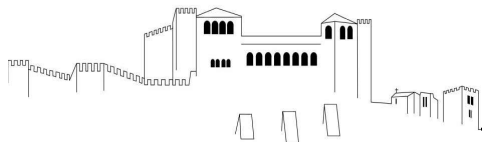
*A principal razão justificativa para aquela localização não deve ser apenas económica ou de disponibilização imediata de dinheiro, considerando que o terreno já é municipal, quando no passado bem recente outras opções de investimento não tiveram essa premissa, como foi a opção para as piscinas descobertas.*

*Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Leiria na sua reunião de 26 de abril de 2023 delibera:*

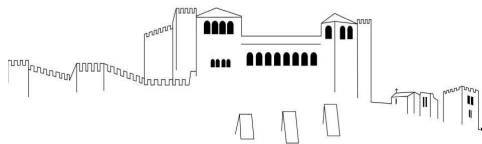
- 1. Manifestar à Câmara Municipal de Leiria a sua discordância pela aceitação da opção de construção da futura Central Coordenadora de Transportes de Leiria na zona desportiva;*
- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Leiria que analise a viabilidade de construção da futura Central Coordenadora de Transportes de Leiria na área compreendida entre a Cerâmica do Liz e a Rotunda da Almuinha Grande. Disse.”*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Intervenção:**



*"Muito boa noite, senhor Presidente, neste caso representado pelo senhor Secretário da Mesa da Assembleia na sua pessoa cumprimentar também os restantes Secretários, senhor Presidente da Câmara na sua pessoa cumprimentar os senhores vereadores, senhores deputados, munícipes lá em casa, comunicação social e restante equipa, muito boa noite. Relativamente a esta moção, nós na verdade iríamos falar deste assunto e, portanto, permitam-me que primeiro faça aqui a nossa intervenção relativamente a este assunto para justificar aquilo que propusemos ao PSD, porque vamos claramente votar a favor desta moção, e tínhamos aqui umas pequenas alterações que vão ao encontro daquele que é o nosso posicionamento relativamente a esta matéria e ficámos contentes por, portanto, termos sido acolhidos com estas recomendações para podermos então votar em conjunto e aceitar esta moção, portanto, para nós a Câmara Municipal encomendou um estudo para a seleção da futura localização do terminal rodoviário em Leiria para substituir a atual central, como todos sabemos, como a realidade demonstrou, já tinha uma localização pré-determinada, portanto, o PCP reitera que o seu desacordo à ocupação da zona desportiva com equipamentos não desportivos. A zona desportiva deve servir a prática do desporto com a instalação de equipamentos desportivos que Leiria precisa, incluindo o já previsto pavilhão de desporto. Ao contrário do que diz a Câmara Municipal de Leiria, o PCP entende que não deve ser implantada uma infraestrutura com a natureza da estação rodoviária na zona desportiva. O PS dá provas claras da miopia política e estratégica em matérias estruturais do desenvolvimento de Leiria e esta é, de facto, uma prova. Aqueles terrenos foram expropriados e doados para construção em zona desportiva. Por outro lado, no quadro do projeto do Euro 2004, como todos aqui sabemos, esta mesma Assembleia Municipal perante o perigo da real desafetação parcial da finalidade desportiva decidiu por unanimidade, relembro que aquela era uma zona desportiva, aliás, consagrada no PDM que não devia ter outros usos senão esses com exceção dos usos que viessem a ser dados ao edifício do topo norte do estádio. Portanto, continuamos a bater coerentemente por esse compromisso com a população que assumimos, com a população de Leiria. Além disso, o PCP mantém em consideração de que a saída da estação rodoviária do local onde se encontra há dezenas de anos vai provocar um abalo estrutural na economia do centro da cidade com efeitos duradouros por muitos anos e condena a decisão da Câmara Municipal de Leiria de não ter estudado de todo os potenciais efeitos económicos e sociais de tal alteração que vai provocar e não promover uma ampla discussão pública sobre os mesmos, portanto, as cidades vivem de mobilidade e o transporte público coletivo de passageiros, incluindo o rodoviário, tem de fazer parte da solução do futuro. A poluição e o desconforto no interior da gare poderia ser ultrapassada à semelhança do que já aliás foi feito noutras cidades com a retirada do telhado, adaptação do edificado, viaturas novas com emissões*



*menos poluentes ou o uso de motorizações de outras formas de energia e a criação de condições de conforto para passageiros e trabalhadores. Portanto, o PCP está aberto a considerar a possibilidade de uma nova solução exclusivamente para o serviço da rede expressos considerando a sua articulação com a rede de caminho de ferro. A estação rodoviária só sairá do seu local atual porque a Câmara Municipal, obviamente, cedeu aos interesses imobiliários e mais uma vez em Leiria, agora sobre a batuta do PS, são os órgãos, são os negócios imobiliários, maximização da renda fundiária que determinam a configuração urbana e a sua economia. Portanto, aquilo que nós propusemos foi que fosse incluído nesta moção um parágrafo, portanto, neste caso seria o 3º parágrafo em que diz: "esta orientação viola uma decisão da Assembleia Municipal no quadro do projeto Euro 2004, que acabei de referir, aprovada por unanimidade que determinou uma ocupação premente exclusivamente desportiva" e depois também adicionar um 3º ponto que diz: "recomendar à Câmara a promoção de um estudo objetivo sobre as possíveis consequências económicas e sociais da saída da estação rodoviária da sua atual localização". Fica a proposta, muito obrigada."*

**Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA**

*Transcrição:*

*"Ora, boa noite.*

*Apesar de não concordar com muitos dos argumentos alegados na moção apresentada pelo PSD não votaremos contra, mas também não votaremos a favor. Enfim, se já há 17 locais pré-escolhidos para a localização do novo aeroporto não me choca que haja mais um para a nova central coordenadora de transportes de Leiria ou se quisermos rodoviária como eu prefiro chamar. Só espero é que não se torne noutra aeroporto e que não demore tanto tempo a ser concluída como aeroporto nem que pelo caminho se gaste tanto dinheiro em estudos, projetos, avaliações, etc. para depois termos um nada que já custou muito dinheiro aos contribuintes, é isso que eu espero, muito obrigado."*

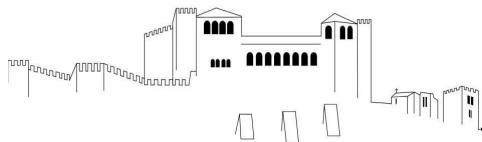
**Intervenção do senhor deputado Raul Testa - PS**

*Transcrição:*

*Sintam-se todos cumprimentados por igual medida.*

*Como todos tinham conhecimento, a atual localização do terminal rodoviário iria, mais ano menos ano, ser alterada. Era do conhecimento público que os proprietários do espaço tinham a intenção de proceder à sua venda. Esta alteração não é em si negativa, resultando em ganhos ambientais importantes numa das maiores artérias de cidade.*

*Por isso mesmo, o Município encomendou um estudo exaustivo, que entre outras análises, permitisse aferir da melhor localização para um novo terminal, que fosse ao encontro das necessidades atuais e futuras da mobilidade de transportes públicos do concelho. Este*



*estudo estudou várias possibilidades para a nova localização (incluindo a localização proposta agora pelo PSD), sendo que a preferência, face aos parâmetros analisados, aponta para o estacionamento junto à piscina municipal.*

*Adicionalmente, o Município fez uma discussão pública bem abrangente, promovendo um conjunto de reuniões de apresentação do estudo com diversos setores, de onde se incluem, entre outros, nós deputados municipais, os comerciantes, associações e população em geral. Por isso, sra. deputada Joana Cartaxo não se pode dizer que a discussão não foi abrangente, é que foi mesmo muito abrangente.*

*Da nossa parte acompanhamos as conclusões do estudo apresentado, concordando com a localização junto à Piscina Municipal, por ser aquela que melhor responde às características necessárias de um futuro terminal.*

*Sobre a moção em causa:*

*Caríssimos colegas deputados eleitos pelo PSD,*

*A vossa moção parte de uma genuína vontade de melhorar a qualidade de vida dos Leirienses - Felicito toda a vossa bancada por esse facto.*

*Atividade política pública em representação de um partido como o PSD, com largos anos de governação do nosso concelho, deve ter-se em conta as decisões (ou falta delas) pelas quais esse partido foi responsável (muitas boas e muitas más, certamente)*

*No entanto, esta moção parece alhear-se do passado. Senão vejamos:*

*O PSD diz-nos:*

*"esta mudança já devia ter ocorrido há muito tempo"*

*Resposta:*

*O PSD teve o poder executivo em Leiria durante duas décadas*

*Estamos perfeitamente de acordo que isto já deveria ter sido feito, Srs Deputados.*

*O PSD diz-nos:*

*"o executivo pretende apenas o menor dispêndio de dinheiro no imediato"*

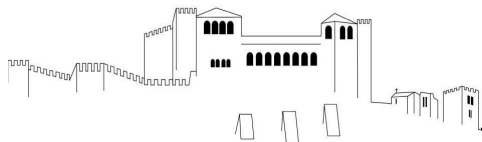
*Resposta:*

*PS Leiria temos esta estratégia de querer usar criteriosamente o dinheiro dos nossos contribuintes.*

*Chega a ser ironia que seja o partido que comprometeu as finanças municipais por duas décadas com a construção do estádio municipal que venha agora colocar a questão económica como uma questão não decisiva.*

*O Município tem agora alguma força financeira graças à gestão dos executivos do PS mas sobretudo à custa dos Leirienses que foram privados do investimento a que tinham direito ao longo de todos estes anos.*

*O PSD diz-nos também que:*



*"A localização da futura Central Coordenadora de Transportes de Leiria deve resultar de um estudo abrangente."*

*Resposta:*

*os senhores deputados do PSD foram à mesma sessão de esclarecimento que nós, e o estudo em causa, encomendado pela Câmara Municipal foi bem abrangente.*

*Quanto ao local avançado pelo PSD, devo dizer que na minha opinião, concordo que não é uma má localização, mas tenho que me basear no estudo técnico com evidências científicas e não em achismos (seja de quem for, nosso ou vosso).*

*E o estudo mostra de forma mais que cabal tanto pela sondagem feita aos Leirienses, cuja opinião é importante, mas sobretudo por todos os indicadores que acima já mencionei.*

*Por um lado, sendo um espaço do Município ganha vantagem face às outras opções que carecem de investimento adicional. E por outro, permite uma rápida ligação ao centro da cidade, seja de forma pedonal, como pelo recurso aos autocarros previstos, que circularão entre os parques periféricos e o centro. O tipo de construção modular prevista é também muito importante, com pouco impacto visual e que permitirá no futuro adaptar o terminal às necessidades resultantes do desenvolvimento da questão ferroviária.*

*Por tudo isto, o grupo do PS votará contra a moção apresentada pelo PSD."*

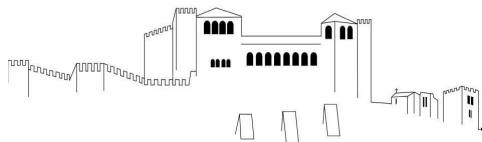
**Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP**

**Transcrição:**

*"Dário Seguro Joaquim, CDS-PP.*

*Sendo então muito sucinto a propósito ainda do tempo que necessito para apresentação da moção que trago hoje apenas referir o seguinte, esta intenção de construção do terminal naquela zona desportiva por si só, e como o nome indica, é uma zona desportiva e como tal não poderá ser levada a sério a não ser que o município de Leiria esteja a querer ser pioneiro nas disciplinas do atletismo e alguma forma possamos estar aqui a criar os 100 metros de corrida atrás do autocarro. Impede ainda a futura expansão das infraestruturas que hoje ali existem, desportivas, nomeadamente as piscinas municipais e, inclusive impede daquilo que se programa para aquela localização da eventual expansão da infraestrutura do pavilhão que ali se programa. Não considerando, não obstante, não considerando como a melhor ou eventual localização que traz na proposta do PSD como alternativa, mas também ao mesmo tempo não inviabilizando a sua eventual aprovação, não poderemos deixar de votar favoravelmente, contudo, tendo em conta que se propõe o estudo de uma outra localização e dessa forma será também benéfico para a definição do espaço, disse."*

**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE**



Transcrição:

*Senhor Presidente, vou ser muito sucinto. O Bloco de Esquerda apoia a moção apresentada pelo PSD nos seus fundamentos, não na sua conclusão relativamente ao fixar um sítio específico para a construção do futuro terminal rodoviário. Também não percebi se com o acrescento que agora foi feito pelo PCP se o PCP é contra ou a favor da manutenção da rodoviário no sítio onde ela se encontra. De qualquer modo, a posição do Bloco de Esquerda é clara, nós somos contra a construção do terminal rodoviário na zona desportiva para onde aponta o estudo que foi apresentado pela câmara e achamos que deverá ser uma questão ainda mais discutida, mais esclarecida e nesse sentido iremos abster-nos à moção apresentada não por discordar discordarmos dos fundamentos dela, pois concordamos com os mesmos, mas sim pela mesma determinar uma situação específica para a futura construção. Muito obrigado."*

Intervenção do senhor deputado **Carlos Poço - PSD**

Transcrição:

*"Boa noite, Senhor Presidente, boa noite a todos.*

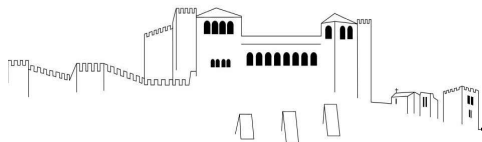
*O PSD acolhe a sugestão proposta do Partido Comunista, que é acrescentar o 3º parágrafo, que é "esta orientação viola uma decisão da Assembleia Municipal no quadro do projeto do Euro 2004, aprovada por unanimidade, que determinou uma ocupação permanente exclusivamente desportiva" e acolhe também o ponto 3 que é recomendar à Câmara Municipal a promoção de um estudo objetivo sobre as possíveis consequências económicas e sociais da saída da estação rodoviária da sua atual localização, ou seja, é a nossa moção com estes 2 parágrafos acrescentado, portanto, acolhemos."*

Intervenção do senhor deputado **Luís Paulo Fernandes - CHEGA**

Transcrição:

*"Muito boa noite, senhor Presidente em exercício, apresento os meus cumprimentos e a todos os presentes, senhor Presidente do Executivo e restante vereação.*

*Bom, esta moção do Partido Social Democrata é pertinente, uma sessão pública de esclarecimento feita pelo executivo também é muito pertinente, o Executivo, na nossa opinião do partido CHEGA foi eleito, na nossa opinião, não, foi eleito por, por maioria e esta é uma decisão que será da sua inteira responsabilidade, além da moção, a responsabilidade desta decisão tão complexa, tão sensível e com tanta opinião divergente, como disse o meu colega de bancada e bem, é tal e qual como os aeroportos vão ter muitos locais e cada pessoa, cada cabeça sua sentença. Na minha opinião, o que diz muito e ainda não consegui ser bem esclarecido ou através de documentos **(PEE – senhor deputado o tempo já está excedido)** é que o tempo, o prazo que temos para abandonar a rodoviária atual conta muito o prazo de execução, seja no local que o executivo propõe também conta e isso conta*



*muito para as decisões e é preciso se não ponderar a localização atual ponderar muito bem a estratégia para a dinamização e o plano para a avenida Heróis de Angola porque sem rodoviária naquele sítio temos que, efetivamente, se perca muito do comércio e da dinamização económica no local onde se encontra. Obrigado.”*

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **reprovada por maioria**, com **14 votos a favor** (12-PSD, 1-CDS-PP, 1-PCP), **30 votos contra** (30-PS) e **7 abstenções** (3-PS, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL).

\*\*\*\*\*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de uma moção apresentado pelo PS tendo dado a palavra ao senhor deputado Raul Testa.

**Moção “Para que o Governo de Portugal garanta a transformação para habitação dos imóveis devolutos implantados no concelho de Leiria cujo proprietário é o Estado Português.**

Intervenção do senhor deputado **Raul Testa - PS**

Transcrição:

*“Muito rapidamente. A moção é muito simples, é para pedir ao Estado Português para concretizar os procedimentos necessários para fazer as obras de adaptação para transformar a habitação, o seu património devoluto em habitação para arrendamento ou para venda a custos controlados. Nós aceitámos duas, três alterações propostas pela CDU que são, eu vou ler porque vocês não têm acesso a essa, a essa informação e, no fundo nas alíneas passa a haver uma 7 e uma 8, a 7 é “a especulação imobiliária que se faz sentir e que se intensificou a pretexto da guerra na Ucrânia”, a 8ª é o perigo de largas camadas da população ficarem impossibilitadas de aceder a uma habitação digna e depois, na parte da deliberação, no número 2, ele passa a ler o seguinte “recomendar ao executivo municipal que acompanhe este processo junto do Governo disponibilizando-se para o que for necessário.” No fundo são estas três alterações. Obrigado.”*

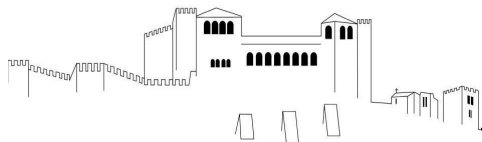
Intervenção do senhor deputado **Dário Joaquim – CDS-PP**

Transcrição:

*“Uma questão muito, muito breve. Pedir apenas e só a clarificação daquele que foi o ponto acrescentado à presente moção da parte do PCP do a pretexto da guerra da Ucrânia, qual o sentido deste acrescento à moção, se é um efetivo pretexto ou um eventual descredibilizar da situação da guerra. Obrigado.”*

Intervenção do senhor **Presidente em exercício**

Transcrição:



*"Senhor deputado, isso faz parte dos considerados, ou seja, não é o teor deliberativo da moção é só, faz parte dos considerandos e o que lá está escrito é especulação imobiliária que se faz sentir e que se intensificou a pretexto da guerra na Ucrânia, o sentido desta expressão só os seus autores o podem esclarecer porque eu não sei mais do que isto. Senhor deputado Fábio Bernardino."*

**Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino - PSD**

**Transcrição:**

*"Sobre esta moção não tenho muito a dizer contra a mesma porque me parece que vai ao encontro das necessidades da população. No entanto, não podia deixar de referir a falta de planeamento do PS sobre, sobre a questão da habitação que parece que apenas traz este assunto à discussão agora porque é um tema quente que tem gerado junto da população uma grande discussão. Já em 2016, a JSD apresentou à Câmara Municipal de Leiria uma proposta onde era prevista a renovação de habitação do Estado e camarária para arrendamento jovem e assim ser mais um incentivo a combater a dificuldade de acesso à habitação grande parte da população que já se sentia na altura, no entanto, esta proposta foi colocada na gaveta. Nesse sentido, não posso deixar de ficar contente com esta iniciativa, pena é que só agora tenham trazido esta proposta e só agora se tenham apercebido deste grave problema e que este problema precisa de ser solucionado. Muito obrigado."*

**Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL**

**Transcrição:**

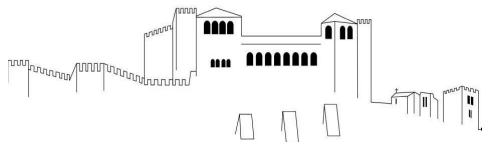
*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Muito sucintamente, apenas para dizer que damos os parabéns à bancada do PS por reconhecer que existe o problema e por reconhecer que a recuperação dos imóveis devolutos, património público podem ser uma solução para o problema. Disse."*

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**

**Transcrição:**

*"O CHEGA já excedeu em um minuto e meio o seu tempo, o deputado Hugo Morgado quer usar da palavra não sei por quanto tempo, enfim, a tolerância da Mesa tem limites porque a sessão tem de acabar, diziam alguns, à meia-noite outros às 4 da manhã depende, enfim, do ponto de vista. É alguma coisa... **(gravação impercetível)**, pronto, não posso fazer mais que isto, é o Regimento, é o Regimento. O conteúdo da deliberação é para que o Governo de Portugal garanta a transformação para habitação dos imóveis devolutos e implantados no concelho de Leiria, cujo proprietário é o Estado Português e a Assembleia delibera recomendar ao Governo que este concretize os procedimentos necessários de forma a adaptar os imóveis devolutos implantados no concelho de Leiria, cujo proprietário*



é o Estado Português, com vista à sua transformação em habitação para arrendamento ou para venda a custos controlados, 2 - Recomendar ao Executivo Municipal que acompanhe este processo junto do Governo disponibilizando-se para o que for necessário, 3 - Que a presente deliberação seja enviada ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Justiça, da Defesa e da Segurança Social, à Assembleia da República, aos deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Leiria.”

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesmo sido **aprovada por maioria, com 50 votos a favor** (33-PS, 12-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP, 1-IL) e **1 abstenção** (1-CHEGA).

\*\*\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** continuou referindo a existência de uma recomendação apresentado pelo CDS-PP tendo dado a palavra ao senhor deputado Dário Seguro Joaquim.

#### **Recomendação “Espaços de refeição do Município”**

##### **Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP**

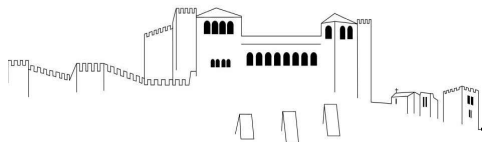
##### **Transcrição:**

*"Obrigado, senhor Presidente.*

*Não podia antes de mais começar por fazer mea*

*culpa a propósito da apresentação da moção no presente dia e de só no presente dia ter chegado a mesma junto dos senhores deputados, contudo, creio que mandam as boas regras democráticas de me colocar à disposição de poder trazer a moção numa próxima Assembleia Municipal se assim os senhores deputados entenderem. Contudo, permitam-me que leia, para conhecimento dos munícipes que assistem, a presente proposta de recomendação que o CDS-PP traz sobre o tema de espaços de refeição nas escolas do município.*

*Com a evolução dos tempos, dos hábitos sociais, das preocupações e limitações alimentares que hoje existem na nossa sociedade, bem como em particular no nosso município, a sobrelotação das escolas estruturalmente idealizadas para um número inferior de alunos a presente proposta / recomendação tem por convicção poder responder às diversidades alimentares, ao auxílio na gestão dos recursos financeiros das famílias e às melhorias necessárias nos espaços escolares. Por motivos vários, as escolas, como tradicionalmente conceptualizadas devem procurar respaldar na atualidade os novos hábitos alimentares e as necessidades conjuntamente apresentadas sejam estes por motivos de escolha livre do tipo de alimentação, portanto, refira-se vegetariana, vegan, entre outras, por convicções religiosas ou outras limitações alimentares apesar de a lei vigente que prevê junto das*



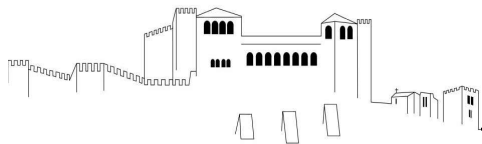
*entidades fornecedoras alimentação nas escolas o fornecimento de refeições condizentes com as restrições próprias importa capacitar as escolas para darem resposta nos mais diversos enquadramentos, por carências económicas que, em momentos como os da atualidade, a gestão familiar dos recursos financeiros, apresenta-se como uma necessidade real e abrangente no combate ao desperdício alimentar onde no seio de cada família apresenta-se hoje um outro olhar e sensibilidade defendendo em alguns casos uma economia circular pelo encargo francamente reduzido no seio do orçamento municipal, certamente não será por impossibilidade de alocação de verbas à presente iniciativa que a mesma não poderá ser acolhida pelo presente Executivo Camarário. Assim, vem o CDS-PP propor à Assembleia Municipal de Leiria a votação da presente proposta / recomendação reunida ordinariamente a 26 de abril de 2023 deliberando recomendar à Câmara Municipal de Leiria a articulação com as escolas básicas e secundárias do nosso concelho, a criação de capacitação dos espaços tendo em vista a disponibilizar a utilização de micro-ondas a toda a comunidade educativa, reconhecer à Câmara Municipal de Leiria, recomendar à Câmara Municipal de Leiria a articulação com as escolas básicas e secundárias do nosso município a disponibilização, capacitação dos espaços para o consumo de refeições, sejam elas frias ou quentes, de toda a comunidade educativa, solicitar à Câmara Municipal de Leiria alocação de verbas financeiras no orçamento municipal para aquisição de equipamentos, leia-se mesas, cadeiras, micro-ondas, entre outros, a disponibilizar às escolas onde os mesmos não existam ou existam em número insuficiente primando desta forma pelo universalidade e igualdade de circunstâncias nas escolas básicas e secundárias do nosso concelho. Coloco-me à disposição de todos os senhores deputados a propósito de algumas eventuais dúvidas pedindo, obviamente, o vosso acolhimento à referida proposta. Obrigado.”*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP**

**Transcrição:**

*“Muito boa noite a todos, Joana Cartaxo, CDU.*

*Bom, nós vamos ter que votar contra, obviamente, esta moção. Uma moção que promove a desigualdade nas escolas é efetivamente um resultado e é uma evidência. Os miúdos cada vez se queixam mais das refeições escolares e há muitos miúdos, de facto, estudantes de todas, portanto, de todas as áreas de ensino que levam refeição para casa, felizmente alguns podem, nem todos podem, portanto, isto para nós só iria promover a desigualdade perante aqueles que não podem, portanto, o que nós apelamos sim é que haja um reforço da verba em termos de orçamento municipal para que as refeições sejam claramente melhores e que todos possam ter acesso às refeições sem terem que levar para casa a um preço obviamente bastante acessível, como já o é, mas em todo o caso acreditamos que*



*este, este executivo consegue, com certeza, ter mais qualidade nas refeições escolares. Muito obrigado."*

**Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco - PS**

**Transcrição:**

*"Boa noite a todos. Permita-me, mesmo a vossa proposta / recomendação ter chegado, chegou tardiamente, mas foi lida com atenção e foi com surpresa que a lemos porque as vossas recomendações, elas já estão contempladas no funcionamento dos espaços escolares do concelho. De facto, as direções escolares têm sido sensíveis ao tema e, muitas vezes, se necessário em articulação com a Câmara Municipal, têm dado respostas.*

*As ementas já contemplam os alunos veganos, vegetarianos, com intolerâncias várias e com escolhas alimentares por motivos religiosos. Se há situações que não estão enquadradas, devem ser comunicadas com a certeza que o Município tudo fará para as resolver.*

*Dado que as situações referidas já estão devidamente salvaguardadas, não estão, a nosso ver, reunidas as condições para votar favoravelmente a proposta apresentada."*

O senhor **Presidente em exercício** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **reprovada por maioria**, com **17 votos a favor** (12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL) **34 votos contra** (33-PS, 1-PCP).

**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE**

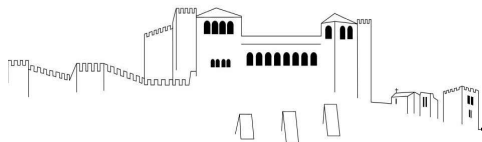
**Transcrição:**

*"Senhor Presidente da Mesa em exercício faço uma invocação do Regimento porque considero terem sido violadas, apercebi-me agora, a alínea c) do artigo 12º do Regimento e a alínea e) do nº 1 do artigo 16º, porquanto apercebi-me agora que no dia 20 de abril de 2023 eu apresentei por e-mail ao senhor Presidente desta Assembleia uma sugestão para efeitos de Regimento, poderemos chamar-lhe uma proposta, de adiamento desta Assembleia invocando a razão, invocando razões que parece que são de todo óbvias, por que razão é que estamos aqui a uma quarta-feira sendo que o relatório de contas terá que ser aprovado durante o mês de abril, ou seja, poderíamos estar aqui numa sexta-feira, como há 40 anos penso que se processa, e apercebi-me agora que esta minha proposta não foi divulgada a nenhum dos deputados como eu pedi no final da mesma e ao senhor Presidente da Câmara, desconheço se o foi ou não e então gostaria de saber a razão de tal facto, obrigado."*

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**

**Transcrição:**

*"Do que me é dado saber é que foi remetido ao senhor Presidente da Câmara o requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, que eu saiba o senhor Presidente da*



*Câmara manteve a agenda que tinha e, portanto, nesse sentido, e já tinha sido feito o edital e tudo o mais, e nesse sentido e reservado o teatro, etc. não fazia sentido nem, nem se podia alterar o agendamento para hoje. Porque é que não foi divulgada aos outros grupos? Sinceramente, não sei responder neste momento.*

*Estava a dizer inscrições para o período antes da ordem do dia não esquecendo que alguns partidos já esgotaram, alguns grupos já esgotaram o tempo. **(gravação impercetível)** Não, a tolerância é por pontos, os pontos são, este ponto é um, é o primeiro ainda. Período antes da ordem do dia ainda, inscrições para o período antes da ordem do dia, a Joana Cartaxo já não tem tempo para nada, portanto, já interveio há bocado a propósito da moção que era o que tencionava fazer, já fez a sua intervenção. Qual é a diferença de tempo entre o CHEGA e o PCP? 40 segundos para aí assim. Se calhar o CHEGA vai dizer que tem 2 deputados em vez de 1, se calhar tem o dobro do tempo, se calhar se vamos, é melhor não fazer analogias, analogias entre uns e outros. Bom, inscrições, vamos lá a elas, para o período antes da ordem do dia. A senhora 2ª Secretária da Mesa, 30 segundos? Mas, olhe que eu corto-lhe a palavra após os 30 segundos, Susana Sequeira, Joana Cartaxo, mais? Sofia Francisco. Também não tem tempo, então a Joana Cartaxo pode pedir mais tempo porque vai acima de, não, não se pode abrir uma porta, uma janela que abrem logo a porta. **(gravação impercetível)** Ah, uma declaração de voto, ah, não há votação, pois um incidente qualquer, não é? Pronto, está bem, já percebi, mais inscrições? Não há, pronto, Susana Sequeira faz favor.”*

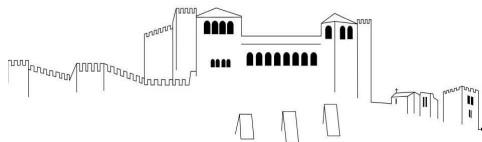
**Intervenção da senhora deputada Susana Sequeira - PS**

**Transcrição:**

*"Susana Sequeira, PS.*

*Para tentarmos então encurtar isto cumprimento o senhor Presidente em funções nesta Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes e os que nos vêm pelas redes sociais.*

*Porque estamos em Abril e porque sou mulher venho aqui hoje falar das mulheres de Abril. Quando me propus escrever este texto pensei quais teriam sido as mulheres de Abril verdadeiramente impactantes, tive dificuldade em recordá-las, depois pensei que as mulheres de Abril não são lembradas porque foram muitas, porque foram todas aquelas que de boca fechada disseram tanto, que de mãos atadas lutaram tanto, aquelas que não podiam votar e ser eleitas de forma universal e livre, aquelas que eram totalmente dependentes do marido foram aquelas que não podiam escolher livremente a sua carreira, aquelas que não tinham as mesmas oportunidades, aquelas que ganhavam menos 40% que os homens na mesma função, foram todas as que lutaram em surdina pelas conquistas de Abril e foram tantas que nelas todas personifico a imagem da minha mãe. Nesse dia, 25*



*de Abril de 74, saiu para trabalhar, mas ao tomar conhecimento do que se passava largou tudo e foi buscar as 3 filhas. Estas 3 filhas com 8, 7 e 3 anos já foram educadas em liberdade. Esta mulher de Abril criou 3 filhas em democracia, em liberdade e contrariando os pensamentos que a sociedade sempre lhe impôs. Esta mulher de Abril, como tantas outras, educou as suas filhas para serem livres, para poderem escolher a sua profissão, poderem ter igualdade de oportunidades, poderem ser aquilo que elas queriam ser. Só uma mulher de Abril teria as armas suficientes para o fazer e estas 3 mulheres, educadas para uma mulher de Abril, e os seus filhos e filhas não vão deixar morrer Abril, não vão deixar esquecer aquilo que já não viveram, mas que foi contado tantas vezes pelos seus pais para assim nos fazerem entender onde nunca mais voltar. Ainda há muito por fazer e os cravos de Abril terão de ser regados continuamente para não esmorecerem, para não murcharem. A liberdade conquistada tem que ser adubada com vitaminas de confiança para nunca mais voltarmos atrás. Estas mulheres e as suas filhas serão também sempre mulheres de Abril. Obrigada.”*

**Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco - PS**

**Transcrição:**

*Sofia Francisco-PS*

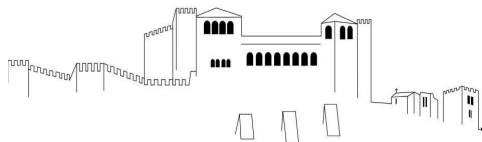
*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.*

*Quem acompanha o trabalho que este Município tem desenvolvido com as escolas, sabe bem do caminho de proximidade e monitorização que tem sido percorrido com as escolas, com reuniões regulares onde se partilham dificuldades ou boas práticas, e se trabalha em prol de todos os alunos. Segundo soube, de forma informal, sei que ainda hoje aconteceu, durante toda a manhã, uma dessas reuniões.*

*Paralelamente a todo este caminho percorrido, e bem, inicia-se agora, e finalmente, um processo de melhoria efetiva do parque escolar.*

*Como já divulgado, foi aprovado na semana passada, em reunião de câmara, os projetos de execução para a requalificação da Escola Básica de 2º e 3º ciclo D. Dinis e da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira num investimento total de cerca de 12 milhões de euros. Talvez exista quem se questione qual a razão de serem estas duas escolas e não outras?*

*A resposta é uma e é clara- devido ao mapeamento realizado em parceria com o Ministério da Educação e com as respetivas direções escolares, o resultado determinou que a necessidade de requalificação destas duas escolas fosse considerada de “Muito Urgente”,*



*no caso da Escola EB2,3 D. Dinis e de "Urgente" no caso da Escola Afonso Lopes Vieira- é este então o motivo da requalificação do parque escolar se iniciar nestas escolas.*

*Estas são também duas das escolas mais antigas do concelho que vão agora, ver resolvidos problemas de instalações e de sobrelotação que se arrastam há anos. Importa aqui referir que estes projetos serão sujeitos a candidatura a fundos comunitários, com vista ao financiamento dos trabalhos nas áreas funcionais até um máximo de 85 por cento e que são projetos assumidos por esta Câmara Municipal como sendo de "extraordinária importância para a melhoria das condições de educação das nossas crianças e jovens".*

*Temos confiança nas políticas educativas deste Município, um município que conhece as fragilidades e pontos fortes de cada escola, que está representado nos Conselhos Gerais das escolas e agrupamentos e que conhece, efetivamente, os espaços escolares. Para além disso, este município sabe bem a escola, particularmente a escola pública, é um valioso instrumento de mobilidade social e consideramos que tudo fará para combater as desigualdades que detetar, para que, no futuro, o parque escolar envelhecido, que foi herdado, garanta acesso a escolas com instalações de qualidade para todos. Obrigada."*

De seguida o senhor **Presidente em exercício** passou para o "Período da Ordem do Dia".

**\*\*\*\*\* PERÍODO DA ORDEM DO DIA \*\*\*\*\***

**Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para esclarecimento de questões.

Não havendo inscrições, o senhor **Presidente em exercício** passou ao Ponto n.º 2 pois o Ponto n.º 1 não carece de votação.

\*\*\*\*\*

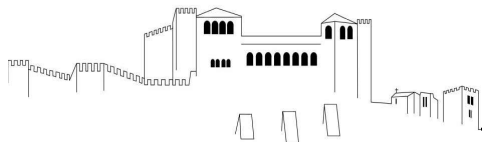
**Ponto 2 – Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2022 – Apreciação, discussão e votação;**

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal**

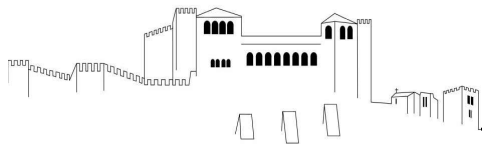
**Transcrição:**

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

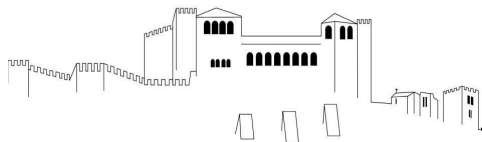
*Pedia então para colocarem a imagem no ecrã só para apresentar aqui então o documento de prestação de contas. Já está?*



*Para fazer o aqui devido enquadramento daquilo que foi o ano de 2022 convém fazer também um enquadramento histórico daquilo que é e que foi o ano de 2022, o período de pós pandémico marcou o ano de 2022, havia muitas expectativas relativamente àquilo que era o comportamento da economia e da sociedade depois desta pandemia de efeitos mundiais. Por outro lado, foi marcado pelo início da invasão da Ucrânia pela Federação Russa com consequências naturais naquilo que é a dificuldade de matérias-primas, a própria crise energética e que levou, naturalmente, à escalada dos preços e ao aumento da inflação nada expectável pela sua dimensão e, portanto, este é o cenário que vivemos em 2022 e que se continua ainda a repetir em 2023 e, portanto, havia aqui um forte impacto destas características naquilo que era a despesa corrente do município e também aquilo que seria a capacidade de investimento uma vez que a falta de mão de obra associada às empresas, aos mais diversos tipos de empresas, em especial de construção e também o aumento da inflação em áreas tão importantes como a energia fez que a despesa corrente tivesse um efeito evidente em termos de crescimento. Em termos de receita, conseguimos verificar em 2022 é que houve um aumento da receita corrente, cerca de 13,8 milhões de euros, houve uma redução na receita de capital de 3,6 e, naturalmente, houve aqui também uma redução da introdução do saldo entre 21 e 22, portanto, passou de 44 para 41. Portanto, em termos de fecho de contas em 2022 o nosso orçamento fechou com um montante total de 137 milhões de euros. Na receita corrente, regista-se aqui, portanto, um peso maior nas **(gravação impercetível)** correntes e nos impostos diretos, dentro dos impostos diretos um crescimento de 3 milhões de euros e nas transferências correntes de 8 milhões de euros. A par da venda de bens e serviços correntes que também houve verificámos aqui uma variação de 2 milhões de euros. No que diz respeito à rubrica dos impostos, os impostos diretos foram onde se registou o crescimento mais acentuado e dentro dos impostos diretos há um crescimento bastante acentuado, em especial do IMT e, portanto, que resultou das transações de imóveis e, portanto, isto representa, em bom rigor, o dinamismo que se verificou no setor imobiliário da nossa, do nosso concelho e, portanto, não tem propriamente a ver com os impostos associados à atividade económica como é o caso da Derrama, o caso do IMI e, portanto, essa receita está perfeitamente estabilizada, portanto, o aumento de receita resulta efetivamente do aumento da atividade económica associada ao setor imobiliário e aqui é um indicador bastante evidente daquilo que a atratividade de Leiria tem no mercado concorrencial das cidades e, portanto, isso tem de facto efeito imediato nas transações de imóveis. Na receita de capital houve uma redução em virtude de estarmos num processo de transferência de fundos comunitários e, portanto, no ano de 2021 houve muitas receitas arrecadadas através de candidaturas a fundos comunitários, 2022 houve um recuo porque também houve menos execução e,*



*portanto, o ano 2023 será um ano em que esta receita de transferências de capital vai crescer muito uma vez que estamos a falar do encerramento de um quadro comunitário e, portanto, o ritmo da obra vai aumentar. Na despesa, um dos principais, uma das principais preocupações que tínhamos era, de facto, o comportamento da despesa corrente, sabíamos que ela ia subir, subiu em 7,8 milhões de euros, felizmente, como disse anteriormente, a receita arrecadada conseguiu absorver este aumento da receita da despesa corrente e o comportamento da despesa de capital manteve-se inalterado muito embora, como disse, a receita de capital tenha baixado em 2022 e, portanto, houve poupança da receita corrente não só para pagar o aumento da despesa corrente, mas ainda conseguimos financiar a despesa de capital. Dentro da despesa corrente o peso da aquisição de bens e serviços, cerca de metade, e o peso de despesas com pessoal de 36% são as principais rubricas com maior peso na parte da despesa. Em termos de aumentos, a aquisição de bens e serviços foi o que cresceu mais com 5,5 milhões de euros e, portanto, é aqui que está a grande fatia de despesas, as refeições escolares, o peso da higiene urbana, peso da iluminação pública, portanto, as grandes rubricas, o transporte escolar, o transporte público, portanto, é daqui que saem as principais despesas do município, portanto, é natural que houvesse aqui este aumento. Na despesa de capital, portanto, a despesa e aquisição de bens e serviços corresponde, portanto, à rubrica da obra propriamente dita onde houve um aumento, houve uma diminuição no investimento realizado, mas o aumento da transferência de capital de 1 milhão de euros em virtude de tudo aquilo que é a nossa filosofia de trabalho de transferir muito daquilo que é o nosso investimento para as freguesias. No que diz respeito às transferências, à despesa de transferências, quer na corrente, quer de capital, houve um aumento de 1,2 milhões de euros, a tal transferência de capital corresponde aos apoios e contratos interadministrativos feitos com as juntas de freguesia, portanto, é a nossa filosofia de trabalho e, portanto, mantemos dentro daquilo que é a nossa estratégia de desenvolvimento do concelho. Dentro das transferências há o aumento das transferências para as freguesias e depois mantivemos o apoio praticamente inalterado para as instituições sem fins lucrativos, para as famílias e outros, são rubricas que se mantiveram mais estáveis. Despesa de investimento, o investimento, está aqui uma análise interessante em termos de evolução ao longo dos últimos anos, portanto, tivemos investimentos na ordem dos 32 milhões de euros em 2019, 32 em 2020, 2021 subimos para 39 e em 2022 o montante de 40 milhões de euros, portanto, há aqui uma evolução importante, portanto, é natural, a obra está na rua, não é? É por isso que também há muita crítica relativamente às várias frentes de obras que estão em curso. Dentro daquilo que são os investimentos que temos, as redes rodoviárias, a aposta na área do ambiente, no ordenamento do território, o investimento no parque escolar, portanto, tudo aquilo que são as obras de*



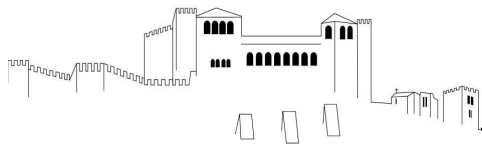
*reabilitação urbana, onde se inclui o arranjo das avenidas e toda a parte de melhoria de circulação e de melhoria dos equipamentos culturais da cidade. Um dado importante, portanto, a redução da dívida de médio longo prazo, está aqui um indicador que é importante, 2010 é o ano em que o PS entrou na câmara, portanto, tínhamos uma dívida de médio longo prazo, portanto, a bancos na ordem dos 65 milhões, atualmente está em 13 milhões de euros e havia uma dívida a fornecedores de 12 milhões de euros, atualmente está em meio milhão de euros, portanto, hoje a câmara de Leiria conseguiu ao longo de 12 anos pagar 63 milhões de euros de dívidas e, portanto, são 63 milhões de euros de obras que não foram feitas e que podiam ter sido feitas noutras áreas uma vez que muitas destas dívidas têm associado um investimento em particular, que é escusado dizer qual é, portanto o peso está aqui. Portanto, em termos de endividamento mais uma vez todos os anos abatemos cerca de 3 milhões de euros de dívida bancária, neste caso foi 3,5 milhões de euros, portanto, já em 2022 estamos com 13,7 milhões de euros, portanto, em princípio para o ano esperamos baixar o valor dos 2 dígitos de milhões de euros, ver se baixa dos 10 milhões de euros. Prazo médio de pagamento está em 6 dias, portanto, mantém-se estável, portanto é praticamente residual. Um dado importante que é o facto de termos a nossa receita corrente bruta ser superior à nossa despesa corrente e a amortizações dos nossos empréstimos de médio longo prazo, portanto, é aquele dado que tinha transmitido ainda há pouco, portanto, temos uma autonomia financeira praticamente de 100% e há aqui um resultado positivo de 2,8 milhões de euros. A evolução daquilo que é o gráfico da receita total e da despesa total, portanto, está aqui um aumento da despesa e da receita em 2022, mas a distância entre os dois, mantemos aquilo que tem sido o saldo acumulado ao longo dos anos e que, portanto, garante a saúde financeira do município. Muito obrigado.”*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Transcrição:**

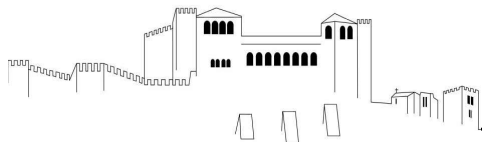
*"Boa noite, novamente.*

*Mantém-se a incapacidade de dar o devido e atempado uso aos enormes recursos financeiros disponíveis. O saldo final de 40 milhões de euros mantendo-se praticamente sem alteração é prova de sobra daquilo que afirmamos. Um saldo desproporcionado que ultrapassa em 78,6% a despesa de investimento tem, como o PCP repetidamente afirma, como reverso o défice de intervenção municipal em aspetos fundamentais seja do investimento, manutenção e conservação, intervenção cultural ou apoio ao movimento associativo e agentes culturais, desportivos e sociais diversos. Uma massa enorme de recursos financeiros que representa investimento e reabilitação de infraestruturas ficou por fazer mais um ano o que vai agravar ainda mais o estado geral das infraestruturas e o*



*estado relativo de Leiria perante os outros concelhos. E, apesar destes recursos disponíveis, o investimento reconheceu, o investimento conheceu uma quebra face a 2021 de 1 milhão de euros, superior a 4%, é preocupante a queda das receitas proveniente das transferências provenientes da Administração Central exatamente no momento em que foram transferidas competências com grande peso na despesa municipal. Como temos afirmado, não se trata da descentralização, trata-se de transferência de encargos e de intromissão na autonomia das autarquias locais. É política de direita do poder local, defendida por este PS, que precisa de ser combatida para poder ser revertida. As transferências de competências em vários domínios, designadamente na educação e na saúde, já se fazem sentir na receita e na despesa com consequências na capacidade de dar resposta em áreas de intervenção municipal consagradas na lei. As opções do plano tiveram novo um grau de execução inferior a 70% e o plano plurianual de investimentos, apesar do aumento da receita global, apresenta valores estagnados. Continuamos a assistir, de acordo com a nossa análise, a uma gestão pouco cuidada, sem coerência, com prioridades de intervenção criticáveis, com métodos e procedimentos que claramente nos afastamos. Esta é uma maioria que usa e abusa da propaganda para criar uma realidade virtual e assim criar um mundo de ilusão. A falta de capacidade de realizar obra levou mais uma vez a que não fosse possível receber as verbas do FEDER, que estava previsto, esta realidade tem tradução nas receitas de transferências proveniente dos fundos comunitários que tiveram uma quebra de 44% relativamente a 2021, mais uma vez, como em todos os anos anteriores, que já aqui viemos também dizer, devemos perguntar quantos milhões de euros deixou de receber do FEDER e quantas coisas necessárias, até prementes, não ficaram por fazer e quantas coisas desnecessárias, enfim, não vou falar novamente das floreiras, ilhas, enfim, aquele preço exorbitante, que foram feitas em desproveito de outras necessárias só porque, como dizem, tiveram financiamento comunitário. O ano em análise, 2022, foi também o ano de fracasso da candidatura da Capital Europeia da Cultura e da Cidade Europeia do Desporto que nada de significativo trouxe para o desporto e a sua democratização em Leiria bem atestado pela participação de 2% do desporto no total da despesa. É inaceitável para nós que em 2022 o planeamento urbanístico com 0%, a urbanização com 1% e o ambiente e o património natural com 2% tenham ao longo dos anos precedentes um peso insignificante no conjunto da despesa municipal, mais uma vez se comprova que a câmara PS não está à altura da responsabilidade que lhe foi conferida, esbanja oportunidades, prejudica o desenvolvimento do concelho e não promove a qualidade da vida da população ao ritmo e com a amplitude necessária. A apreciação que fazemos da gestão municipal do PS de 2022 é negativa. Muito obrigada.”*

**Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD**



Transcrição:

*"Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, em exercício, e na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta assembleia todos os que assistem a esta sessão na sala e em casa.*

*Boa noite,*

*Começamos por agradecer a apresentação feita pelo Sr. Presidente de Câmara. Ainda assim, continuamos com algumas dúvidas, que gostaríamos de ver esclarecidas.*

*Relativamente ao tema da prestação de contas do período de 2022 do Município de Leiria, não pode o grupo do PSD, mais uma vez, deixar de discordar com a política de gestão seguida por este executivo e de manifestar preocupação com as contas apresentadas.*

*Começemos pela informação contida na Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.*

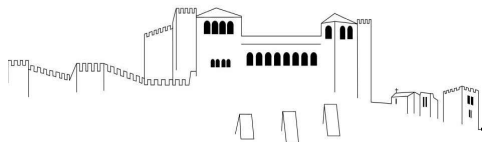
*O Revisor emitiu uma opinião modificada, com a identificação de três reservas:*

*1) A primeira sobre o levantamento dos bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do Município de Leiria, o que impediu o revisor de confirmar, e passo a citar "a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das depreciações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes depreciações." Além disso, acrescenta que a "nota 5 não inclui as divulgações obrigatórias decorrentes da transição do normativo contabilístico.*

*2) A segunda sobre contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, pelo que, e passo a citar, "não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 – Ativos Fixos Tangíveis", pelo que não foi possível concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras;*

*3) A terceira, sobre a falta de elaboração das reconciliações bancárias de três contas à ordem de duas instituições financeiras com quem a entidade trabalha, pelo que não permitiu concluir e passo a citar "em que medida a elaboração desta informação poderia afetar as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022".*

*Relativamente às duas primeiras, as quais vêm sendo recorrentes, importa, ainda assim, questionar o ponto da situação. Por um lado, foi nesta assembleia referido no ano passado que o processo de levantamento dos bens de domínio público e privado e dos ativos fixos tangíveis do município, adjudicado a uma empresa da especialidade, estaria concluído em 2022.*



*Por outro lado, era importante todos sabermos por que razão ainda não estão reunidas as condições necessárias para com fiabilidade proceder ao reconhecimento e mensuração dos ativos de concessão. Não conseguimos vislumbrar na nota 2 do Anexo, pois não encontramos informação diferente daquela que foi colocada no ano anterior e com respeito apenas à EDP.*

*Quanta à terceira reserva, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação.*

*Não foram reconciliadas três contas bancárias do município. A Reconciliação Bancária é um procedimento básico do controlo interno de qualquer entidade. Através desse processo, comparam-se os extratos bancários com os registos efetuados na contabilidade e se forem encontradas divergências, as mesmas deverão ser analisadas. Esta análise é fundamental para percebermos qual o motivo da divergência e procedermos, se necessário, à sua correção.*

*Serve, por isso, também para detetar erros e fraudes, sendo uma área de grande risco e extrema importância.*

*Não pode este executivo permitir tal desleixo numa área tão importante e com consequências que podem ser muito gravosas. Nas palavras do revisor oficial de contas "não podemos confirmar a existência de responsabilidades e ou contingências não evidenciadas nas contas."*

*Por muito e esforçadamente que se tentem justificar as reservas, as reservas nas contas dão sempre uma má imagem da gestão realizada e suscitam dúvidas sobre as contas.*

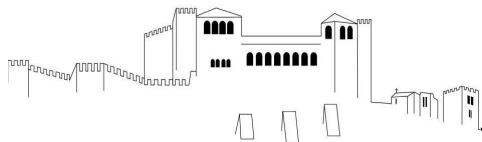
*Sendo nos termos das normas de auditoria aplicáveis, obrigatório o Revisor Oficial de Contas dar a conhecer as reservas que tem intenção de colocar na Certificação, muito estranhámos que o Sr. Presidente da Câmara não tenha tomado as providências necessárias para evitar que a reserva sobre a falta de reconciliações bancárias impenda negativamente sobre a imagem das demonstrações financeiras do exercício, deixando esta dúvida por esclarecer.*

*Não lhe parece, Sr. Presidente, que os munícipes merecem contas transparentes, contas credíveis?*

*Mais uma vez, a rubrica do balanço com maior expressão, a rubrica dos Ativos fixos tangíveis tem uma reserva e a rubrica mais vulnerável, bancos, inclui também, este ano, uma reserva.*

*Estará o Balanço à data de 31 de dezembro de 2022 a retratar verdadeira e apropriadamente a posição financeira do município de Leiria? Estará a demonstração dos resultados a evidenciar o real desempenho? Ficamos com dúvidas!*

*Em relação aos documentos de execução orçamental, onde toda a discussão se tem vindo a centrar ao longo dos últimos anos, verificamos que o Município de Leiria, em 2022,*



*arrecadou de receita total cerca de 138 milhões de euros (€137 637 913,91), mais cerca de 5% face ao ano anterior. Também a despesa total paga em 2022 aumentou (cerca de 9% relativamente ao ano anterior), tendo a despesa corrente em 2022, que representa 64% do total da despesa, aumentado 14% em relação a 2021, já justificado pelo Sr. Presidente.*

*Congratulamo-nos com o aumento das transferências para as freguesias, não nos parecendo necessário justificar.*

*Mas, mais uma vez ficamos com dúvidas, nomeadamente, em relação à despesa. Gostaríamos de obter esclarecimentos em relação à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, que representa cerca de 46% da despesa corrente, nomeadamente:*

- *Outros serviços especializados, a rubrica com o valor mais alto, no montante de cerca de 4 milhões e 790 mil euros;*
- *Outros no montante de mais de meio milhão (página 234; nota 23.2 do Anexo)*

*De referir que as rubricas residuais são, em princípio, para reconhecer quantias pouco significativas. Não sendo este o caso, dever-se-ia mencionar no anexo a natureza dos gastos, o que não tendo acontecido deixa dúvidas em que foram gastos mais de 5 milhões de euros.*

*Verificamos uma tendência já muito consolidada de crescer as despesas correntes (mais cerca de 8 milhões de euros) e redução das despesas de capital e uma transferência considerável de conta de gerência para o ano seguinte. Continuamos, por um lado, a assistir à incapacidade de executar obra no município e de gastar em despesa corrente e, por outro, continuamos a verificar, uma total eficácia execução da receita por parte do Município de Leiria, sendo em 2022 de 102,8% (pág. 43). As opções de gestão mantêm-se, com grande predomínio na execução das despesas correntes.*

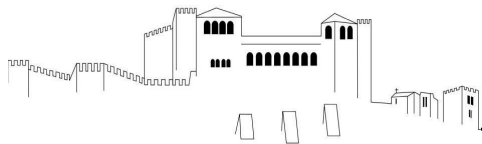
*Agradecemos, desde já, os esclarecimentos que o Sr. Presidente nos possa dar.*

*Muito obrigada!"*

**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE**

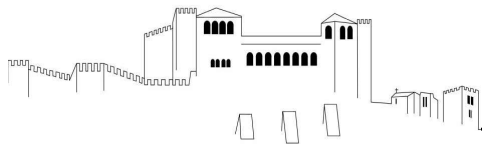
**Transcrição:**

*"Senhor Presidente, irá permitir-me antes de entrar propriamente no relatório de aprovação de contas de 2022 apenas um pequeno esclarecimento que, que me apercebi e que gostaria de ver esclarecido da sua apresentação que fez do PowerPoint e que diz respeito às transferências de competências. Há duas Assembleias Municipais atrás estava num ponto da ordem do dia a não aceitação por parte desta Assembleia da transferência de competências na área da ação social. Na Assembleia seguinte, por uma questão temporal, a mesma já não constava na ordem do dia o que quer dizer que a câmara, por inércia, aceitou as competências na área da ação social que disse ainda não ter capacidade para o*



*fazer, não ouvi a câmara referir-se ou esclarecer nada disso nas sessões anteriores, agradecia se pudesse esse esclarecimento.*

*Relativamente à aprovação das contas, as contas do município de 2022 podem resumir-se numa frase, o município tem fraca capacidade de execução, não faz obra e se não faz obra aforra, ou seja, a política das contas certas do município não é mais que a falta de investimento e prorrogação de obras já orçamentadas. Assim, mantém-se num nível bastante baixo o investimento realizado face à despesa total que nos últimos 4 anos não ultrapassou os 37% tendo mesmo reduzido para 32 em 2022. Por outro lado, em termos de volume, as despesas de investimento em 2022 são praticamente iguais às do ano anterior, de resto, nos últimos 4 anos, o investimento apresenta variações, o que significa que nenhuma mudança estrutural foi feita no município ao longo destes anos. Não obstante, não faltam anúncios de grandes investimentos que, de vez em quando, surgem na comunicação social, a central de biomassa para resíduos suínícolas, o alegado metrobus para uma ligação Leiria, Marinha Grande por via rodoviária quando essa ligação já existe por ferrovia há quase 100 anos, o Aquapolis, etc. Resulta também claro deste relatório um fraquíssimo investimento previsto no plano plurianual de investimento sobre a habitação quer para a propriedade pública para habitação a custos controlados e reduzidos, quer para a requalificação de imóveis antigos e devolutos. Contudo, hoje o PS apresentou aqui uma moção a pedir a entrega de bens do Estado para o município, que votámos a favor e com que nos congratulamos. O investimento público no ambiente e na despoluição da bacia hidrográfica do Lis continua a ser adiada ou o que é pior, a ser pura e simplesmente ignorada configurando esta estagnação do executivo municipal que se repete consecutivamente ao longo de mais de duas décadas um conluio tácito com os crimes ambientais que destroem a nossa bacia hidrográfica e põem em risco a saúde humana e animal no concelho de Leiria e concelhos vizinhos. Exemplo desse jogo de palavras é no capítulo 4, reporte de atividades da divisão do ambiente e desenvolvimento sustentável, onde se anuncia, e passo a citar, "...a submissão de candidatura a apoio financeiro do fundo ambiental no contexto de objetivo específico de contribuir para a implementação do projeto ou iniciativas que incidam num aumento de capacidade dos municípios para assegurar o desvio na origem e a recolha seletiva de bio resíduos...". Pergunto, senhor Presidente, o que é isto? Ainda no que ao ambiente diz respeito resulta claro do relatório a desastrosa intervenção do criado serviço municipal de vigilância ambiental no capítulo da poluição dos cursos de água da bacia hidrográfica, 2% são referentes à poluição e descargas no solo e 4%, 4% relativos a poluição e descarga em recursos hídricos. Pergunta-se o que é preciso para que a câmara deixe de fazer ouvidos de mercador sobre esta situação. Temos também a longa agonia do orçamento participativo que em 2021 teve uma execução de 10% e em*



2022 de 48%. Finalmente, nos transportes públicos tudo na mesma. O Executivo continua ano após ano a recusar-se resolver de vez a criação de um serviço de transportes públicos de âmbito municipal e intermunicipal de forma a servir os concelhos que se articulam diariamente com Leiria, nomeadamente Marinha Grande e Batalha. Tal não significaria que em cada concelho deixasse de funcionar o serviço de características locais à semelhança do que acontece hoje em dia em cada concelho, mas sim que o serviço de transporte público fosse pensado e operacionalizado para promover uma mobilidade mais sustentável com recurso a transportes públicos de melhor qualidade, fiabilidade e regularidade e também a intermodalidade entre o transporte coletivo e o ferroviário, no fundo, fazer na região de Leiria aquilo que já acontece nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Terminei com uma questão um pouco fora da sintonia da análise deste relatório, mas que me chamou a atenção e da qual gostaria de obter aqui uma explicação que pode perfeitamente ser razoável, mas que eu não consegui compreender. Porque é que na página 36 deste relatório referente aos recursos humanos existe uma análise distintiva entre o absentismo masculino e feminino? Considera o executivo haver alguma diferença entre a falta de um homem e de uma mulher? Pareceu-nos estranha esta distinção daí estarmos a colocar esta questão. Em suma e concluindo, o relatório de contas 2022 e demonstrativo de um único facto, esta câmara não tem um rumo estratégico definido para o concelho quer na habitação, modalidade, educação e saúde onde pululam ideias avulso sem qualquer consequência para o bem-estar e futuro dos leirienses. Assim, votaremos contra, obrigado.”

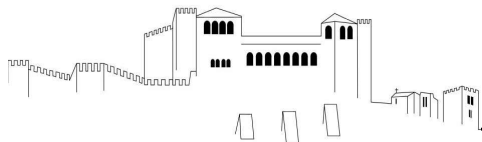
**Intervenção do senhor deputado Júlio Jesus - PS**

**Transcrição:**

"Cumprimento o Senhor Presidente em substituição da mesa da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesma e na sua pessoa todos os presentes bem como os que nos acompanham online.

**BOA NOITE A TODOS.**

Estamos hoje aqui para analisar e votar o relatório de contas 2022 que reflete confiança na gestão e sentido de responsabilidade da equipa que gere os destinos do nosso município. Contra ventos e marés imprevisíveis, como a invasão da Ucrânia seguida de uma brutal inflação (ultrapassando mesmo os 10%) que apanhou tudo e todos de surpresa com consequências nas dificuldades sentidas por todos nós e com um forte impacto na despesa da autarquia nomeadamente nos bens e serviços, isto após dois anos de dificuldades COVID. O executivo garantiu o equilíbrio e rigor financeiro nunca cortando apoios antes reforçando os apoios a quem mais precisa, mais uma vez mantendo a rota no caminho escolhido com base num programa eleitoral sufragado em eleições e apoiado por uma larga maioria de leirienses aqui representada nesta assembleia.



*Não nos desviamos do rigor financeiro com uma política de total transparência nas contas, continuamos a amortizar dívida herdada -20% em relação a 2021 e -82% nos últimos 12 anos, mais de 5 M€/ano, reduzindo ao mesmo tempo o prazo médio da dívida a fornecedores para 6 dias o que representa um enorme ganho de confiança junto das empresas fornecedoras de serviços permitindo melhores condições de negociação, bem como numa altura de escassez de mão de obra e dificuldade nos concursos públicos esta situação se torna atrativa para um maior número de empresas.*

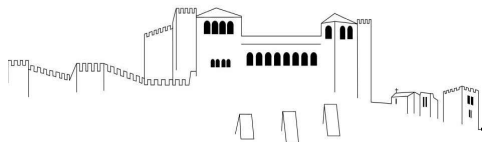
*Mesmo com a redução de dívida verificamos um aumento da taxa de execução (+7% este ano, 11% em 2 anos) acompanhando assim a retoma da atividade económica das empresas, com impacto em obras importantes e estruturantes para o nosso concelho e outras que estão a ser planeadas para o futuro.*

*O crescimento da receita, contribuiu para acompanhar o crescimento da atividade e suportar os custos da inflação, não colocando em causa o equilíbrio orçamental, este crescimento provém em parte de mais população, mais construção, mais atividade económica, que ao mesmo tempo nos trazem também novos desafios como seja a segurança, acréscimo de trânsito, procura de habitação, temas estes e outros a que o executivo está atento trabalhando para manter e melhorar a qualidade de vida de todos.*

*A cultura uma marca muito própria de Leiria como política de investimento que se pretende manter e reforçar, mantendo a atratividade da cidade e apoio à economia local, nunca esquecendo que hoje em dia as cidades competem entre elas com fortes investimentos em eventos, para atrair turismo e fixar novos habitantes e empresas, sendo a qualidade de vida um fator de decisivo para este desígnio área onde o concelho de Leiria vem marcando posição de relevo no âmbito nacional.*

*Ao mesmo tempo que se apostou na cultura, também vimos reforçados os apoios sociais mantendo uma política de proximidade aos cidadãos seja através do reforço do fundo de emergência social, do apoio ao arrendamento (700 mil euros) e no combate ao COVID, olhando para o futuro e já para o corrente ano estão a ser implementadas medidas de apoios adicionais aos estudantes com apoios nas refeições e transportes, apoios a creches nas freguesias (Maceira, Paulo VI, Telheiro, Ortigosa) entre outros apoios.*

*Manteve-se e incrementou-se a forte aposta nas freguesias, com transferências mais 12%, os resultados estão á vista de todos, são as freguesias quem melhor conhece o território e mais próximo estão das populações conhecendo as suas necessidades, reconhecendo ainda que as freguesias têm atualmente uma boa capacidade de execução de obra. Relevante igualmente o reforço de verbas para o associativismo, com mais 10% para instituições sem fins lucrativos.*



*No que diz respeito às reservas dos auditores é nossa convicção que a imagem de anos anteriores em que foram levantadas este tipo de reservas o executivo dará resolução e cumprimento às mesmas em tempo útil seguindo as recomendações, ultrapassando assim as reservas manifestadas.*

*Lembramos que a Câmara de Leiria está no top 5 da transparência financeira dos municípios.*

*O saldo de transferência está estabilizado, a importância de ter uma reserva financeira, que gasta não se volta a repetir, para fazer face a eventuais necessidades junto da população nestes tempos de grande incerteza.*

*Acreditamos, pois no caminho percorrido e que pretendemos continuar a percorrer para honrar o compromisso que assumimos com todos os leirienses respeitando o nosso programa e o mandato que nos conferiram.*

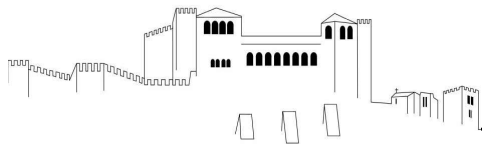
*Pelo rigor do trabalho efetuado, concluímos sem reservas que o município e os leirienses merecem a nossa aprovação das contas. Obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA**

**Transcrição:**

*"Boa noite.*

*Ora, muito se falou aqui de números, de milhões para aqui e para ali, percentagens disto e daquilo e eu imagino a esmagadora maioria dos leirienses lá em casa a ouvir e, na verdade eu também, reconheço, e a pensar "ah, ok, está certo, e então? o que isto significa para mim, empresário, trabalhador, reformado, crianças, jovens, estudantes? Porque aquilo que me interessa a mim e aos leirienses é o que está por trás dos números e que tem impacto direto no presente e no futuro nas suas vidas, no seu dia a dia, ou seja, as políticas públicas por trás destes números e o que estas percentagens significam para o concelho de Leiria e para os leirienses. E já quase tudo foi dito, esmiuçado a este respeito na apreciação do orçamento desse ano, 2022, que, infelizmente, nos veio dar razão por isso não me vou repetir, mas vou, vou, vou reiterar uma expressão que usei então em que referi que as contas certas que reconhecemos e que valorizamos não podem ser um fim em si mesmas, mas antes um meio para atingir uma maior qualidade de vida dos leirienses, um maior e melhor futuro para o concelho, o que não acontece. Mas, estes números escondem e traduzem uma Leiria que por trás da aparência de modernidade e dinamismo ou festividade, se quisermos, está na verdade em gestão eminentemente corrente vítima de si própria e do papel de tarefa a que foi remetida pelo Estado Central sem que para isso receba os meios suficientes para tal, o que reconheço não é da sua inteira responsabilidade. Uma autarquia incapaz de fazer aquilo que ela própria se propõe a fazer, incapaz de atender aos interesses e necessidades presentes e futuros dos leirienses, incapaz de levar a cabo um*



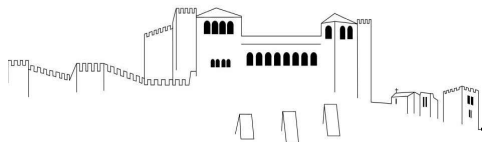
*planeamento e uma estratégia efetiva de desenvolvimento para todo o concelho. Chega também de falar em covid, em falar de guerra que, infelizmente, temos de falar por causa da invasão da Rússia à Ucrânia por muito, por muito que alguns queiram branquear, mas aquilo que se exige a uma autarquia é que consiga ir para além destas dificuldades e que não se limite a uma gestão de mar calmo, mas que ainda estejamos na tormenta, como reconheço que estamos, consiga levar, o município consiga levar Leiria para a frente, o que não tem, não tem acontecido. Estes números demonstram também uma visão a nosso ver errada para o concelho de Leiria e um desencontro do executivo, como já temos referido várias vezes, com aquelas que são as prioridades para Leiria e que os leirienses reclamam, por esse motivo votaremos contra, mas não termino e a propósito da intervenção há pouco do, do PCP e das políticas de direita alegadamente levadas a cabo pelo executivo socialista sugerindo que realmente, se calhar, é altura de o executivo levar a cabo políticas de esquerda, políticas comunistas para que, de alguma forma, possamos ao menos ambicionar a prosperidade própria dos países comunistas como Cuba, Venezuela, Nicarágua, Vietname, etc., é uma sugestão que deixo. Muito obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA**

**Transcrição:**

*Boa noite, mais uma vez. Luís Paulo Fernandes, partido CHEGA.*

*Penso que o líder da bancada do partido já declarou o nosso sentido de voto, ainda temos tempo. Dois exemplos, senhor Presidente, autonomia financeira quase a 100%, crescimento de receita, para não falar como falaram, e bem, os restantes partidos que representam os leirienses, que abordaram de certa forma a despoluição do rio Lis, o multiusos, todos nós sabemos mais ou menos o que é que nos mais faz falta, mas o que não nos satisfaz, senhor Presidente, é que perante este resultado das boas contas e os leirienses ficam com esta sensação que está tudo bem, a questão é que não podemos permitir, senhor Presidente, que à nossa semelhança o partido CHEGA tenha que apresentar recomendações, resoluções e que depois são aprovadas por unanimidade para que haja saneamento nas zonas industriais, portanto, se temos boas contas, se sabemos governar, estamos em 2023 e aprovamos moções por unanimidade porque não há dinheiro, o senhor Presidente respondeu que era uma obra ao senhor vereador de cerca de 2 milhões de euros, portanto, dinheiro há, não vamos colocar Leiria com estes exemplos que nós trazemos, com as moções que trazemos, com os problemas que trazemos, não vamos deixar a oportunidade de fazer com que se faça pelo menos as obras de saneamento nas zonas industriais e penso que também vi ali umas imagens e de acordo com o que foi executado e que está a ser feito e penso que o senhor deputado também levantou que ainda não percebia, quanto à recolha seletiva de bio resíduos, sim, sim verificamos que*



*está a ser feita, senhor Presidente, há bocadinho era para falar e agora com esta deixa agora consigo respeitando o tempo, os bio resíduos estão a ser feitos senhor Presidente, mas também o executivo tem que ter cautela, cuidado para que depois a nossa deputada municipal na freguesia de Parceiros e nós próprios verifiquemos abaixo assinados porque aonde estão a ser colocadas estas infraestruturas não há uma consulta, não há um cuidado, portanto, se está a ser feito um investimento, se se está a fazer o programa de recolha seletiva para que não vá para os aterros esta questão dos bio resíduos alimentares pois não percebemos porque é que a população, os fregueses e os leirienses têm que fazer abaixo assinados. Há falta de cuidado mesmo a gastar-se o dinheiro e a comprometerem-se com o que se comprometeram a fazer, executarem o que se comprometeram, depois verificamos abaixo-assinados com uma maioria. Senhor Presidente, há que ter cautela, ficam estes exemplos, há muitos mais, vamos trazendo. Muito obrigado.”*

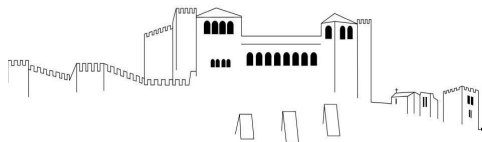
**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

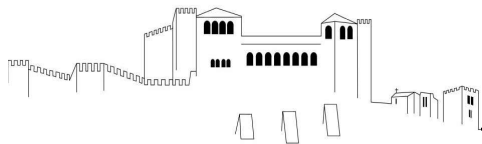
*“Muito obrigado, senhor Presidente, vou então ser relativamente sintético e responder essencialmente a intervenção do PSD quando diz que as contas credíveis, não é? Eu acho que não há comparação entre a credibilidade destas contas com as contas que nós apanhamos no tempo do PSD, não há dúvida sobre isso e uma redução de dívida apenas num ano de 20%, desde 2010 até agora uma redução de dívida de 82%, um prazo médio de pagamento de 6 dias acho que não é propriamente falta de credibilidade na gestão do dinheiro público comparado com aquilo que o PSD nos deixou e, portanto, perante esse assunto acho que estamos esclarecidos.*

*Relativamente à reconciliação bancária tem a ver, é um sistema que, como sabe, está ligada ao setor sabe melhor do que ninguém, é uma operação extremamente exigente do ponto de vista humano, tentámos contratar um sistema de robótica para conseguir fazer a reconciliação, não conseguimos atempadamente, a conta bancária sofreu um aumento, especificamente é uma conta relacionada com o estacionamento público e contraordenações, é algo que ficou da nossa competência e, portanto, houve aqui um aumento muito grande em termos de transações e por isso não conseguimos atempadamente fazer essa reconciliação, mas nada põe em causa aquilo que é a credibilidade das contas e a prioridade da gestão do município.*

*Relativamente ao imobilizado continua a ter uma reserva, mas claro que gostaríamos de já ter este processo concluído, não o temos, mas fizemos um esforço significativo, introduzimos no ano de 2022 4209 imóveis, que representou uma introdução do nosso ativo de 105 milhões de euros, portanto, estamos 105 milhões de euros mais ricos, não é? pronto, aí é um esforço que resultou desta introdução, não está concluído, havemos de*

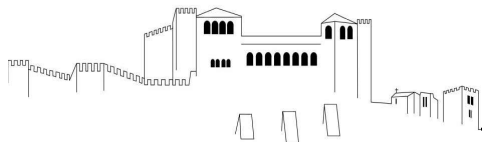


*continuar a fazer este esforço. Claro que temos a noção daquilo que são as nossas limitações em termos também de recursos humanos dentro dos diversos setores e, portanto, infelizmente vamos ter que melhorar esta capacidade de resposta. Outros serviços especializados, como deve saber bem a rubrica tem a ver com as questões relacionadas com aquisição de serviços, uma das rubricas que está incluída neste montante é as refeições escolares, a par também de todas as atividades relacionadas com a cultura, desporto e, portanto, é uma rubrica generalista, mas que sofreu um aumento, importa referir que em anos anteriores as refeições escolares baixaram muito uma vez que houve confinamento e agora houve um aumento também nesta área. Dizer também que a despesa corrente teve o comportamento que teve e este aumento que tivemos é um aumento justificado por dois motivos, o ano de 2022 é um ano em que temos a nossa atividade plena e absoluta, sem limitações pandémicas e, portanto, tivemos mais despesa, já dei o exemplo das refeições escolares, mas há mais exemplos desses e a inflação comeu uma parte importante do nosso orçamento, portanto, não vale a pena dizer, a não ser que alguém pense que nós íamos ficar indiferentes a uma crise inflacionária como esta. Por outro lado, há aqui um aspeto importante na receita, nós não foi com sacrifício dos impostos ditos diretamente do município, como é o caso do IMI, caso da Derrama, portanto, o aumento deve-se sobretudo à transação de imóveis, bem, pelos vistos aos olhos de alguns deputados Leiria está num estado muito mau, mas a verdade é que se continua a transacionar imóveis, portanto, há aqui uma perceção totalmente diferente daquilo que é a atratividade de Leiria porque se não tivéssemos este desempenho, se Leiria, de facto, não tivesse a crescer, se Leiria não tivesse a capacidade de atrair pessoas não havia transações de imóveis e não tínhamos tido esta receita que conseguimos arrecadar e então aí teríamos hoje se calhar apresentado resultados muito piores em termos financeiros. Dizer que muito da despesa corrente com serviços externos resulta daquilo que é ter uma câmara com recursos humanos, o número de recursos humanos por cada, por cada mil habitantes do mais baixo que existe em Portugal é natural que seja compensado com a aquisição e outsourcing, estou-me a lembrar nas áreas de espaços verdes, estou-me a lembrar na área de consultoria jurídica e outros, portanto, recorreremos a muitos serviços externos para compensar aquilo que são as nossas equipas internas fazemo-lo porque, de facto, temos um nível de recursos humanos muito abaixo daquilo que é a média, basta comparar a Câmara de Leiria, acho que já fizemos este exercício em reuniões anteriores, com a Câmara de Coimbra, com a Câmara de Aveiro, o rácio de funcionários por cada mil habitantes Leiria, para este tipo de câmaras, é muito inferior e, portanto, tem que ser compensado muitas vezes com recurso a outsourcing. Falámos aqui também da, da, por parte do Manuel Azenha do Bloco de Esquerda, as questões da transferência de competências na ação social, nós*



*tivemos um processo negocial bastante intenso na ação social, o processo negocial estava praticamente concluído, com o adiamento das reuniões passámos a ter uma aprovação tácita, mas o risco de termos aceite a transferência estava praticamente ultrapassado naquilo que era as nossas principais dúvidas, que era o financiamento das equipas que estão atualmente já a dar apoio no âmbito da, da Câmara Municipal, sobretudo às populações com mais dificuldades financeiras, nomeadamente as que beneficiam de apoios sociais e, portanto, ao não termos feito a deliberação por ter sido adiada a reunião a transferência foi automática, mas estávamos praticamente em condições, já andávamos a trabalhar nisto há mais de um ano e, portanto, estamos em plena, a **(gravação impercetível)** foi efetuada com sucesso, os recursos humanos foram introduzidos dentro daquilo que é a sua natureza em termos de trabalho e, portanto, está a correr bem.*

*Depois falou-se aqui em obras e claro nós gostaríamos de fazer mais obra, não é? É preciso que haja empresas, 1º é preciso que haja dinheiro, é preciso que haja empresas para fazer as obras, é preciso fazer projetos para fazer as obras, não somos indiferentes a estas dificuldades, não são novas, não é só na Câmara de Leiria, mas mesmo assim somos muitas vezes criticados aqui porque a cidade está um caos em termos de trânsito porque é obras a mais e depois também não se compreende quando dizem que há obras a menos, não é? Mas dou alguns exemplos, no ano de 2022 conclusão do mercado municipal de Leiria, uma obra que constitui uma nova âncora na cidade e que foi projetada por nós e construída por nós e que resolve um problema do edifício com bastantes anos, sobredimensionado e onde conseguimos ter o problema bem resolvido e já com uma nova fase que é um parceiro para desenvolver uma das outras áreas sem nós gastarmos dinheiro municipal. Obras também nas freguesias, estou-me a lembrar da praça no Santuário dos Milagres, a praça das hortênsias em Monte Real, o pavilhão do Lis, nas Cortes, portanto, são alguns exemplos de obras nas freguesias a par daquilo que é a nossa principal capacidade de investimento que é a melhoria da nossa rede viária que todos os anos introduzimos 4, 5 milhões de euros em lotes de asfalto e hoje temos as estradas muito melhor do que tínhamos quando chegámos à Câmara devido a esta estratégia. Por outro lado, o parque verde também foi uma obra de 2022, a rua Dom José Alves Correia da Silva, que era a obra mais reclamada há muitos anos tendo em conta a estrada acidentada que é em frente ao quartel, fomos nós que a fizemos e no ano de 2022 gastámos bastante nesta área, as obras inerentes ao Castelo de Leiria, em especial o largo de São Pedro. Para além disso, a aposta na área da saúde, o centro de saúde de Amor, o centro de saúde da Bidoeira, o centro de saúde dos Parceiros começamos o ano passado, este ano ficam concluídas, o início da obra do Centro de Artes Villa Portela, uma obra notável que vai trazer mais cultura a Leiria e vai ter um novo espaço verde a oferecer às pessoas, as obras na cidade, as avenidas, em especial na*



*rua Mouzinho de Albuquerque, bem, a obra é pouca, não é? Também gostava de fazer mais, mas estamos a cumprir um programa no contexto difícil que estamos a viver, não é desculpa, mas acho que não estamos a desiludir aquilo que é a expectativa dos leirienses e, ao contrário daquilo que às vezes se tenta transmitir daquilo que é a desilusão relativamente ao nosso projeto que, como sabem, foi votado esmagadoramente nas últimas eleições autárquicas, ele continua bem ativo e com uma base de apoio bastante sustentável porque esta obra é uma obra que serve também as pessoas. Ainda há pouco falaram aqui de obras megalómanas, nomeadamente a questão do biometano, faz parte do nosso processo eleitoral, não é uma obra municipal, é uma obra privada impulsionada e apoiada pelo município na lógica do planeamento da atratividade deste tipo de investimento. Já anunciámos um investimento que vai ser feito por uma empresa estrangeira e dentro de muito pouco tempo talvez haja novidades relativamente a um outro. As questões da mobilidade entre Leiria e Marinha Grande é um projeto da CIMRL onde as duas câmaras estão ainda numa fase de projeção e, portanto, no essencial a obra que estamos a fazer é uma obra que é validada no plano eleitoral, maioritariamente votado nas nossas, nas últimas eleições autárquicas, há 2 anos e meio, onde o terminal rodoviário era registado, portanto, não é uma coisa só que apeteceu porque a gente sabia que para a nossa estratégia de qualidade urbana, sobretudo de qualidade ambiental, nós não podemos continuar a ter 200, 250 autocarros entrar pela cidade adentro, como é óbvio e, portanto, é uma opção, não é uma questão só de ser uma oportunidade imobiliária, também é porque quem for para lá vai ter que fazer estacionamento em profundidade e vai ajudar Leiria sem a gente colocar lá dinheiro nosso, que é muito importante e, portanto, acho que estamos no rumo certo. O ano de 2022 foi um ano de contas certas e isso deixa-nos muito satisfeitos e com a esperança para continuar este rumo de transformação de Leiria relativamente ao resto do mandato. Muito obrigado.”*

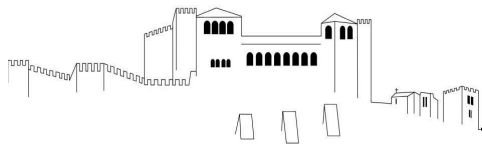
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **36 votos a favor** (33-PS, 3-PSD) e **15 votos contra** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas do Município de Leiria referente ao ano de 2022**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 3 – Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2022** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse a apresentação do ponto.

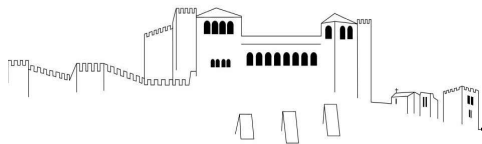


**Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos**

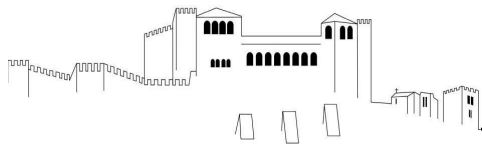
**Transcrição:**

*"Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o Presidente da Mesa em exercício, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, vereadoras, caros deputados, público aqui presente e também lá em casa.*

*Estou aqui a apresentar o Relatório e Contas dos SMAS de 2022. Relativamente ao enquadramento histórico não vou repetir aquilo que o senhor Presidente da Câmara já referiu em relação às contas da, da Câmara, porque, de facto, tem o mesmo impacto, quer em termos de crise económica, a questão da guerra, a questão da inflação, portanto, não vale a pena estar aqui a referir isso novamente. Queria, queria começar antes de chegar em concreto às contas para tentarmos perceber também aquilo que é o funcionamento dos serviços e porque este ano vivemos um ano de comemorar os 90 anos destes serviços, portanto, acho que é uma data também emblemática e, portanto, é motivo de festa estes 90 anos dos serviços que durante alguns anos estava inserido na federação com os serviços da eletricidade, mas nas últimas décadas passou a gerir então toda a rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais no concelho de Leiria. Em termos de missão continuamos com, com, com, com os mesmos objetivos de prestar um serviço de qualidade em todo, em todo o concelho, quer a nível de abastecimento de água, quer a nível de águas residuais. Só para dar aqui uma breve nota, uma breve caracterização daquilo que é os serviços, portanto, nós atuamos em 565 Km<sup>2</sup> de todo o concelho de Leiria, abrangemos 128616 habitantes, que é distribuído por 68619 clientes na área do abastecimento e praticamente 57 mil na rede de saneamento. Em termos de infraestruturas de abastecimento de água nós somos efetivamente o município do, do país com a maior extensão de condutas e adutores de abastecimento de água, 1820 Km repartidos por 79 reservatórios, 24 captações de água, 47 estações elevatórias e 19 estações de instalações de tratamento de águas associadas às captações, portanto, estamos divididos em 13 zonas de abastecimento por todo, por todo o concelho, isto representa que distribuimos a água a mais de 58 mil alojamentos. No ano de 2022 distribuimos mais de 10 milhões de metros cúbicos de, de água dessa distribuição a maior parte da água que é distribuída provém das águas do Centro Litoral, 6.822 mil metros cúbicos, 474.996 são adquiridos à EPAL, que abastece a freguesia de, união de freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça e uma pequena parte da freguesia da Caranguejeira e também da freguesia do Arrabal. Para perceber aqui por este gráfico qual tem sido a evolução em termos de clientes que têm todos os serviços de água, saneamento e também de resíduos sólidos urbanos, tem havido uma evolução bastante positiva entre março de 2021 e de novembro de 2022, subimos praticamente em 2500 novos clientes com todos os serviços. No que toca ao controlo de*

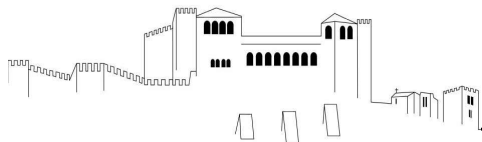


*qualidade de água e evidenciando aquilo que tem sido os resultados em termos de qualidade dessa mesma água ao longo destes anos temos obtido a excelência de 99,8% de qualidade da água, isto é feito e determinado em função da quantidade de amostras que fazemos todos os anos, portanto, garantindo, efetivamente a qualidade da água que chega a todas as nossas torneiras. No que toca à rede de saneamento evoluímos de forma muito positiva de uma taxa de saneamento que tínhamos em 2009, de 74% para os atuais 95% que temos neste momento, isso reflete-se nos mais de 1250 Km de rede de coletores que temos espalhados, obviamente que também as estações elevatórias têm vindo a aumentar gradualmente, à medida que vamos completando a rede de saneamento torna-se necessário intervencionar em termos de elevação da rede de esgotos em função da topografia que nós temos nas zonas mais, mais dispersas também do nosso, do nosso concelho, isso faz com que o aumento das estações elevatórias tenha sido mais significativo dos últimos 2, 3 anos. Só para dizer ainda que na área do saneamento encaminhamos para as estações, quer das Olhalvas, quer também da Etar Norte, no Coimbrão, mais de 6 milhões e meio de metros cúbicos de esgoto, em termos de projeto em curso dar aqui conta de 3 deles, redução de perdas, eficiência energética e também sensibilização ambiental. No âmbito da redução de perdas temos em curso vários projetos, como a questão da telemetria, implementação do software positivo de falhas, a pesquisa ativa de fugas, controlo de caudais e pressão através de construções de zonas de medição e controlo e também de válvulas redutoras de pressão, controlo de grandes clientes, controlo a nível de monitorização daquilo que são os seus consumos praticamente hora a hora e também, e não menos importante, é a reabilitação da rede de abastecimento de água por todo o concelho. No âmbito da redução de perdas e durante o ano de 2022 foram auscultados cerca de 1500 Km de condutas, foram referenciadas 216 ruturas sendo que a maior parte delas são de pequena dimensão, não são visíveis, portanto, se não se fizesse este trabalho muito dificilmente nós conseguiríamos constatar efetivamente essas perdas, nós temos muito território do nosso concelho com uma grande capacidade de infiltração e muitas das vezes as ruturas manifestam-se não à superfície e, portanto, a água perde-se no solo, portanto, se não utilizarmos este software específico não conseguimos identificar grande parte dessas ruturas. Um número também importante tem a ver com, com o volume de, de água não faturada, baixou de 37,33% para 35,03 em 2022, não é um número que nós desejamos, mas estamos a trabalhar no sentido de melhoria contínua e para que esse, esse valor seja o mais baixo possível dar conta de que já em março deste ano temos um valor mais atualizado e que no espaço de 3 meses nós conseguimos baixar mais 1%, que não deixa de ser relevante, portanto, estamos neste momento com um volume de perdas de cerca de 34%. Também no âmbito da eficiência energética estamos constantemente a*



*substituir grupos (**gravação impercetível**) quer no serviço de águas, quer também nas estações elevatórias da rede de saneamento, estamos a proceder à renovação do sistema de controlo de AVAC do edifício do laboratório, instalação de painéis fotovoltaicos no edifício-sede, substituição de lâmpadas e projetores por outros mais eficientes, neste caso a LED. Em termos de eficiência energética, este quadro é demonstrativo daquilo que tem sido o esforço e aquilo que é a capacidade técnica no sentido de reduzir esse mesmo consumo energético, conforme referi nós estamos constantemente a aumentar, neste caso a rede de saneamento com estações elevatórias, portanto, o consumo de energia é maior o que, de facto, aqui se demonstra é que este consumo energético do ano de 2021 para 2022 teve uma quebra de praticamente 300 megawatts / hora, o que é, de facto, significativo. Depois, outras ações de, no âmbito da sensibilização ambiental, como, como o incentivo à redução ou à poupança da água e também alertas para aquilo que são as várias formas de roubo de água, como é o caso de violação de contadores.*

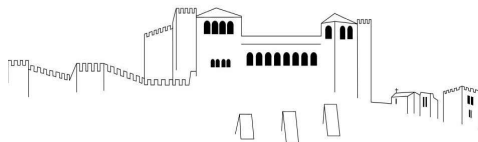
*Passando propriamente às contas, dizer que entre 2021 e 2022 as despesas correntes tiveram um acréscimo de 3,2%, valor abaixo da inflação, entre 2021 e 2022 também as despesas de capital passaram de 6.820 mil euros para 7.577 mil euros registando um crescimento de 11,10%, do total da despesa paga no ano de 2022 em aquisição de bens e serviços destaca-se aquilo que foi pago à DCL, quer no tratamento de efluentes, quer na aquisição de água em alta, foi respetivamente de 3 milhões e 600 para o tratamento de efluentes e 4.150 mil para a aquisição da água e no que toca aos investimentos temos aqui uma inversão no que toca a esses mesmos investimentos, estamos a investir mais na captação e distribuição de água, mais concretamente na remodelação da rede de abastecimento de água, o que também não deixa de ser significativo um valor bastante alto naquilo que é o investimento no prolongamento da rede de saneamento, mais de 3 milhões e meio que reflete a tal taxa de cobertura que referi ainda há pouco de 95%. No que toca às despesas correntes queria aqui realçar o aumento das despesas correntes no que toca ao pessoal, no ano de 2022 tivemos um acréscimo de forma progressiva de 22 colaboradores, tanto na parte administrativa, como também na parte operacional. No que respeita ao plano por plurianual de investimentos foram realizados investimentos no montante de mais de 7 milhões e meio de euros, portanto, houve aqui um acréscimo de mais de 1.700 mil euros correspondente a uma taxa de execução de 62,27% do total previsto, obviamente que nós desejávamos ter uma taxa de execução bastante superior, mas como já aqui foi referido falta de materiais, dificuldade em ter mão de obra dificulta, não só em Leiria, é um pouco por todo o país, a execução desejada e prevista no início de cada ano. Na ótica dos compromissos assumidos em 2022 a execução do PPR regista uma taxa de praticamente 90% a que corresponde cerca de 10.800 mil euros de compromissos*



*assumidos. Como já aqui foi referido, o investimento da água em 2022 foi superior ao investimento na rede de saneamento, queria só aqui destacar a conduta elevatória de Monte Redondo até à praia do Pedrógão, vamos anular o furo de captação que, que, que temos no Pedrógão e, portanto, toda aquela, toda aquela localidade passará a ser abastecida pelo reservatório de, de Monte Redondo cuja origem é das cotações da Mata do Urso e também de referir o sistema de abastecimento ou remodelação do sistema de abastecimento na zona da Caxieira Longa e também na freguesia da Maceira. No que toca à rede de saneamento evidencia-se obra de saneamento que está a decorrer na freguesia de Monte Redondo, só em 2022 tivemos aqui um investimento de quase 1.700 mil euros, outras obras que estão em curso, algumas delas a terminar como é o caso da Raposeira, também na Colónia Agrícola na freguesia dos Milagres e, portanto, temos aqui também um valor bastante significativo em termos de investimento da rede de saneamento. Em termos de receitas tivemos um acréscimo de 3,46%, praticamente 30 milhões de euros, a receita cobrada proveniente da venda da água, portanto, na tarifa variável e como fixa no tarifário passou de 10.000.300 para 11.147 mil em 2022 e no que toca à receita proveniente da, da recolha de fundos domésticos passou de 8.000.200 em 2021 para 8.960 mil em 2022. Em termos de resultado líquido do exercício em 2022 tivemos um valor de 2.911 mil, um valor praticamente idêntico ao ano de 2020, queria só aqui destacar aquilo que tem sido a evolução ao longo dos últimos 10 anos, em que tivemos resultado líquido negativo até ao ano 2014, tivemos o valor mais alto em 2017 de 4.625 mil euros e, portanto, o valor de 2022 é praticamente idêntico ao valor de 2020. Em termos de resultados de exploração, temos na, na água um resultado positivo de 847 milhões de euros e na parte do orçamento temos um valor positivo de pouco mais de 1 milhão de euros. Em termos de situação económica e financeira apresenta grande estabilidade e bons indicadores de referência, como é o caso da autonomia financeira de 0,91%, (gravação impercetível) de 10,45, liquidez de 4,68 e rentabilidade operacional do volume de negócios de 15%. Falar ainda da diminuição da dívida de clientes que baixou em cerca de 200 mil euros e também a dívida a fornecedores que teve uma redução de 501 mil euros para 467 mil euros. Em termos de perspectivas futuras, os SMAS pretendem manter a sua estratégia de permanente melhoria da qualidade do serviço prestado, eficiência e responsabilidade ambiental e social, manter os níveis de rentabilidade e sustentabilidade económica necessários para cumprimento com todas as suas obrigações, aproximação ao cliente mediante a implementação de processos de modernização administrativa e melhoria contínua. Muito obrigado.”*

Intervenção da senhora deputada **Alexandra Carvalho – PSD**

Transcrição:



*"Cumprimento, mais uma vez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, e na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta assembleia e todos os que assistem a esta sessão na sala e em casa.*

*Boa noite,*

*Agradecemos a apresentação feita pelo Sr. Vereador Ricardo Santos. De forma sintética, o que podemos dizer em relação à contas dos SMAS de 2022 é que o volume de água não faturada, cerca de 35%, ainda que com uma ligeira melhoria em relação ao ano anterior, continua a ser motivo de muita preocupação. A resolução deste problema deveria ser prioritária.*

*A questão que levantamos é porque continuam a adiar o investimento, nomeadamente no que se refere à reabilitação das condutas, quando há disponibilidade financeira para o fazer? Analisemos alguns valores da rubrica 07 Aquisição de bens de investimento. Os valores realizados nos três últimos anos foram:*

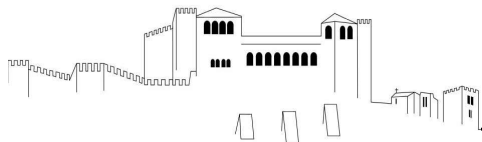
- Ano de 2020: 5,5 milhões*
- Ano de 2021: 5,8 milhões*
- Ano de 2022: 7,5 milhões.*

*Com uma leitura desatenta e incompleta, a conclusão podia ser que é um bom indicador. Mas, se olharmos para o que foi previsto no orçamento 12 milhões, verificamos que 4,5 milhões não foram realizados nos investimentos previstos. Porquê? Não são esses investimentos absolutamente necessários para a resolução dos problemas existentes? Já é previsto para não executar? Ou há razões que o justificam?*

*Parece-nos que continua a haver falta de algum planeamento.*

*Não pode, pois, o grupo municipal do PSD concordar com as opções de gestão levadas a cabo pelos SMAS, quando o que está em causa é um recurso tão escasso!*

*Aproveitamos também para falar sobre a informação disponibilizada. Em alguns aspetos a informação não é transparente. E não! Não é como o Sr. Presidente de Câmara diz, "que como eu devo saber", pois a informação não é preparada para mim. A informação é preparada, de entre outros, também para munícipes. Uns percebem bem do tema, outros menos, outros nada. Desta assembleia, uns analisaram os documentos de prestação de contas, outros nem o documento abriram. Como os compreendo! Este documento tem 2676 páginas. A maior parte são anexos e a partir da página 372, declaração de recebimentos em atraso, e a questão que colocamos é, sendo obrigatório divulgar essa informação, não o poderia ser noutra ficheiro? Fica a sugestão para o próximo ano! De facto, analisar informação num ficheiro com mais de 2.500 páginas torna-se complicado e moroso. Dificulta muito a sua análise.*



*O anexo, um documento extremamente importante que serve para complementar, nomeadamente, a informação constante no balanço e na demonstração dos resultados, nem sempre cumpre o seu papel (também nas contas apresentadas pelo município).*

*Além disso, gostaríamos de perguntar ao Sr. Vereador Ricardo Santos, qual a razão para, estando as contas preparadas de acordo com o SNC-AP (tal como referenciado na pág. 6) a demonstração dos resultados por naturezas que encontramos na pág. 64 não estar de acordo com o normativo em vigor. Ao compararmos com a que está na pág. 239 identificamos diferenças. Como é que quem lê esta informação fica? No mínimo, muito baralhado! Por exemplo, veja-se o caso das vendas, na pág. 60 têm o montante de 23 milhões, na pág. 239 são pouco mais de 10 milhões. E as provisões do exercício: na pág. 60 são 167 mil e na pág. 239 zero! Pois, claro as provisões do POCAL não são as provisões do SNC-AP! Qual a razão para isto acontecer, Sr. Vereador?*

*Congratulamo-nos com a preocupação sentida na efetiva aplicação da NCP 27 – Contabilidade de Gestão. É preciso continuar a trabalhar de modo que a mesma seja cumprida e possamos ter acesso a informação que não conseguimos com a contabilidade de custos do POCAL. Ainda muito há para fazer, mas é esse o caminho. E o caminho faz-se caminhando.*

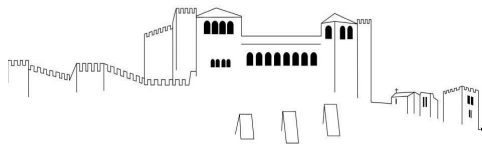
*Muito obrigada pelos esclarecimentos.”*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Transcrição:**

*"Muito boa noite, novamente.*

*O Relatório e Contas dos SMAS de 2022 aprofunda na forma o caminho de um desvaneio de anos anteriores tornando um quebra-cabeças a sua análise. É um documento quase insano para análise de quem tem apenas meia dúzia de horas para o fazer. Deve o conselho de administração dos SMAS pensar que é ilustrando à profusão do documento com fotografias, gráficos e bonecada diversa que lhe confere qualidade e modernidade, obviamente não é o caso e o documento é tão irrelevante se sumptuário na forma tradicional de papel como na forma numérica de bits e de bytes. A parafernália de ilustrações só serve para destruir ingloriamente recursos enchendo papel, gastando tinta ou na forma digital, ocupando quantidades absurdas de memórias, de memória dos computadores municipais, é tão pesado que mesmo que um computador com capacidade de cálculo e memória razoáveis torna difícil de consultá-lo. A bem da sanidade e da poupança apela-se à reformulação séria da composição gráfica e ao abandono de largas páginas de relatos de que nada serve para a análise necessária. As contas mostram um desvio da despesa face ao valor do orçamento com a revisão aprovada em fevereiro de 2022 de 8.000.029 euros menos 26%. O plano, na sua versão revista, teve um grau de*

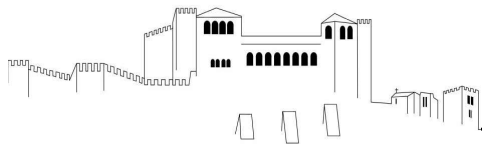


*execução apenas de 73%, o investimento ficou abaixo dos 7,6 milhões de euros e o saldo, embora se tenha reduzido, foi ainda muito elevado e representa 82% do investimento total, 21% de toda a receita e 26% da despesa global. Por mais um ano muito do que devia ter sido feito ficou por fazer o que preocupa quando há tantos atrasos para, para vencer nos sistemas de abastecimento de água e na conclusão de ligação da rede de esgotos. Os orçamentos e os planos continuam a ser elaborados como um mero procedimento administrativo e contabilístico obrigatório, continuamos a ter leirienses sem acesso à rede de esgoto, outros sem estarem ligados e temos, como denunciámos regularmente, águas residuais domésticas que são rejeitadas diretamente para, são rejeitadas diretamente para as linhas de água. A rede de água precisa de ser renovada em muitas zonas, ainda há condutas de fibrocimento, continuam sucessão contínua de ruturas frequentes na rede e continua o problema das fugas de água como aqui vimos. O aspeto que merece a nossa concordância é efetivamente a criação de soluções específicas, nomeadamente para ajudar cidadãos, associações e empresas a enfrentarem melhor as consequências económicas e sociais de confinamento social, decretado a propósito do covid 19, e as suas consequências dos incêndios no concelho, continuam as insuficiências de 14 anos de gestão PS num setor estratégico para a qualidade de vida, a defesa do ambiente e o desenvolvimento. Um conselho de administração e uma câmara que mantêm incapazes de levar por diante o ritmo necessário do investimento que Leiria precisa. A nossa avaliação da gestão é obviamente negativa, ainda assim, gostaria de acrescentar como não me foi permitido falar no PAOD, de facto, e indo ao encontro daquilo que a deputada falou antes, é inadmissível como é que nós recebemos materiais para analisarmos com o tempo, e quero agradecer o esforço que a Célia fez para nos poder entregar estes documentos, mas é inadmissível nós recebermos os documentos na segunda-feira, um documento com 2 mil e tal páginas, que pode ser reduzido como já aqui vimos, mas ainda assim sabemos, temos a certeza de que este documento já estava em posse da Câmara e, portanto, podia-nos ter sido disponibilizado com muito mais tempo de forma a nós podermos fazer uma intervenção mais construtiva, como se pretende, não é? Porque podemos efetivamente também pedir aquilo que nos falta para uma melhor análise e, portanto, deixamos a proposta de que para a próxima que nos seja facultado com o tempo suficiente, muito obrigada."*

**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE**

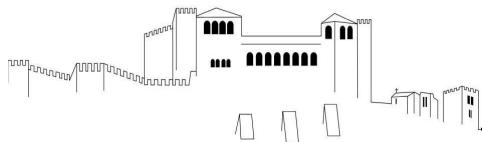
**Transcrição:**

*"Exmo. senhor Presidente, no que concerne ao Relatório de Contas do SMAS temos o mesmo problema que resulta das contas do município, a fraca capacidade de execução que neste caso ficou pelos 62,27%. É também expressivo o número de faturas por liquidar, cerca de 39 mil, que representa um valor na ordem de 1,5 milhões de euros e é sobre este*



*número que eu me gostaria de debruçar. Escuso-me de estar aqui a falar da importância da água como bem essencial para a vida, é um facto que todos conhecemos e daí a importância estratégica do seu fornecimento estar e continuar a estar na esfera pública. Assim, a falta de pagamento de água antes de ser visto como um problema de cobrança coerciva por parte do município deve ser analisado do ponto de vista social pois é um sinal claro de carência económica extrema que nos devia alertar a todos. Quando se deixa de pagar a água é porque já nos encontramos num estado de necessidade de tal forma carenciado que optamos por abdicar de um recurso da qual depende a nossa sobrevivência, mas também a nossa dignidade. Sintomático desta realidade foi o agravamento das dívidas no período da pandemia e que pôs a nu uma realidade que todos há muito sabemos existir em Leiria, a chamada pobreza envergonhada, esta pobreza que saltou à vista nos refeitórios escolares em período pandémico. Por tudo isto, a nossa preocupação não se fica pelo facto da tarifa social estar a ser ilegalmente suportada pelos seus utilizadores, mas, principalmente, pelo facto de o executivo se recusar teimosamente a não introduzir a atribuição automática da tarifa social da água sujeitando os munícipes a um processo desnecessário, burocrático e humilhante. Obriga os seus beneficiários a entregar um requerimento acompanhado de um comprovativo de composição de agregado familiar e declaração de IRS, caso esteja dispensado da entrega de IRS, o que acontece na maior parte dos casos, deve juntar declaração da Segurança Social em como beneficia de complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, 1º escalão do abono de família ou pensão social de invalidez.*

*Senhor Presidente, a atribuição da tarifa social da água automático tem um custo residual face ao que estamos a discutir, encontra-se legalmente prevista e operacional, é prática comum em dezenas de municípios e já foi aqui objeto de moção pelo Bloco de Esquerda chumbada nesta Assembleia. Face ao contexto atual em que vivemos, ao agravamento da crise económica e ao custo de vida sentido por todos os leirienses para quando a aplicação desta tarifa automática? Garanto-lhe que a rubrica "devedores" baixaria significativamente no orçamento do SMAS. Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados já passa da meia-noite, nós vamos no ponto 3 da ordem de trabalhos e o que foi aqui dito pela minha colega deputada do PSD e pela Joana Cartaxo do PCP não deixa de ser um facto relevante e que temos que chamar aqui a atenção e que é de extrema importância. Uma das grandes conquistas do 25 de Abril foi a democratização das autarquias locais, cumpre a esta Assembleia Municipal a fiscalização das contas deste município e para isso é no mínimo, o mínimo que o Município e o Executivo pode fazer é dar-nos as ferramentas para que a gente possa cumprir essa função com dignidade e de forma eficiente, não se podem apresentar relatórios de 600 e 2 mil páginas com 6 dias de antecedência e esperar que a*



*gente aqui, enquanto deputados municipais, cumpra as nossas funções. De ano para ano venho dizendo isto, de ano para ano a situação permanece igual. Penso não ser necessário começarmos a levantar-nos e a não proceder a votações para que o Município se aperceba deste facto, que é porque demasiado visível a olhos vistos por quem quer que nos assista e por quem quer que tenha o mínimo interesse nesta Assembleia Municipal referindo por último que na última Assembleia Municipal que estive em casa o total de espectadores, porque eu assisti online, que estiveram no pico das visualizações foram 17, em tempos chegámos a ter 200 a 300 pessoas a assistir às Assembleias Municipais. Muito obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS**

**Transcrição:**

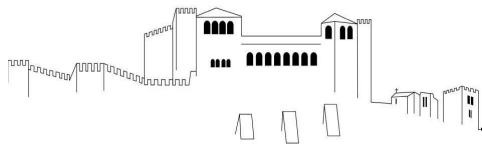
*"Senhor Presidente, muito boa noite. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.*

*Os resultados aqui apresentados estão em linha com a evolução verificada nos anos transatos. O investimento quer na rede de abastecimento como na rede de saneamento tem vindo a evoluir, talvez não com a rapidez com que todos desejaríamos, mas que tem resultado em melhorias no sistema. O volume de água não faturada observou um melhoramento de cerca de 2%, estando atualmente nos 35%. E aqui, tal como já referido em anteriores sessões, a água não faturada não corresponde na sua totalidade a perdas de água. No ano de 2022, por exemplo, temos contabilizado como água não faturada a resultante dos incêndios. Em relação a este ponto, de notar, segundo informações recolhidas, reportando ao mês de março deste ano, já se verifica o melhoramento em cerca de mais 1%.*

*Os investimentos estão a ser realizados. Desde o investimento em pesquisa ativa de fugas, reparação de avarias, construção de zonas de medição de caudal (ZMC's) e de Válvulas redutoras de pressão (VRP's), combate ao uso fraudulento e reabilitação de condutas de água. Por outro lado, a sustentabilidade ambiental nas ações desenvolvidas, de onde podemos destacar o aumento de eficiência energética, onde se incluem ações como substituição de grupos de bombas, mudanças no layout do sistema de abastecimento, instalação de painéis fotovoltaicos, entre outros.*

*Em matéria de cobrança de dívidas, assumindo uma responsabilidade social importante, foram estabelecidos planos de pagamento, para permitir a regularização das mesmas sem colocar em causa o equilíbrio das famílias. Destacar ainda na sensibilidade social, a tarifa social, a manutenção de isenção de pagamento de ramais até 20 metros e a manutenção do tarifário, mesmo com o aumento de custos que se tem verificado.*

*E por último, e respeitando às transferências para o SMAS do valor da tarifa social, tem sido entendimento da Câmara não transferir esse montante, primeiro por se tratar de uma*



*recomendação e não obrigatoriedade, mas acima de tudo porque tem sido opção não transferir os resultados positivos do SMAS, sendo que os valores destes saldos têm sido superiores aos valores das tarifas sociais. Esta opção tem permitido que os SMAS mantenham maior disponibilidade para os investimentos necessários. Se tal se vier a verificar como obrigatoriedade, certamente que o Município agirá em conformidade.*

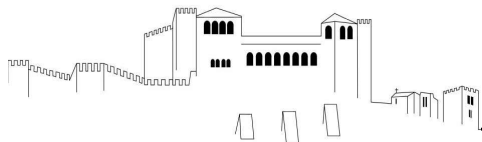
*Face ao exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto.”*

**Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos**

**Transcrição:**

*“Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Respondendo à senhora deputada do PSD, no fundo nós estamos aqui a fazer mais uma análise política do que propriamente uma análise técnica deste, deste Relatório e Contas, mas dizer-lhe que a questão da listagem das dívidas é obrigatória por lei, portanto, terá que fazer constar desse, deste, deste mesmo relatório e isto de certa forma também respondendo à preocupação da, da deputada Joana Cartaxo, nós quando imprimimos um documento podemos selecionar, há uma forma de podermos selecionar quais são as páginas que são necessárias imprimir e não me parece também necessário nestas 2 mil páginas imprimir 1800 páginas porque é essa tal listagem das dívidas e, portanto, não me parece necessário estar a gastar assim tanto papel para, para imprimir essa, essa mesma listagem, mas voltando à intervenção da deputada do PSD, de facto, nós estamos a investir mais em água do que em saneamento neste, neste, neste ano que passou, isto, de facto, demonstra aquilo que é a nossa estratégia no âmbito da redução de perdas, naquilo que é a nossa preocupação ambiental, portanto, estamos a fazer grandes investimentos na remodelação da rede de águas, volto a alertar que temos a maior rede de abastecimento de água do, do país, não é um processo assim tão, tão fácil de executar, mas os investimentos que estamos a fazer não só diretamente nos SMAS, mas também nas outras intervenções com a Câmara Municipal, dou aqui o exemplo de uma empreitada que vamos iniciar muito brevemente, que é a requalificação da rua Central da Boa Vista, rua Nossa Senhora das Dores, que é nem mais nem menos do que a rede que tem apresentado mais problemas nos últimos tempos, temos praticamente ruturas todos os dias e vamos fazer um investimento de mais de 500 mil euros para remodelar essa, essa conduta de abastecimento de, de água. Sempre se poderá dizer que no ano de 2022 investimos mais em água do que em saneamento, mas isso não quer dizer que nós não estejamos também a investir, e muito, na rede de saneamento. Se nós formos ver, desde 2011 até ao ano de 2022, em 2011, o município do país que investiu mais em saneamento foi Leiria, em 2012 foi Leiria, 2013 foi Leiria, 2014 Leiria, 2015 Leiria até 2021 Leiria. 2022, de facto, os SMAS investiram mais em água do que em saneamento, mas mesmo assim o município do país*



que mais investiu em rede de saneamento foi o Município de Leiria. Só para terminar e em relação à questão das 30 mil faturas por liquidar dizer que destas 30 mil faturas estão todas as faturas por liquidar a 31 de dezembro e, portanto, é uma obrigatoriedade de fazer também incluir estas faturas que não estavam, não estavam em dívida, portanto, são todas as faturas incluídas à data de 31 de dezembro. Muito obrigado.”

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**

**Transcrição:**

“Obrigado, senhor vereador. Hoje passar à votação das contas de desculpa. Desculpe? **(gravação impercetível)** Defesa de honra? Faça favor, diga lá qual foi a parte em que foi que não reparei. **(gravação impercetível)** É que a honra é uma coisa pessoal, não é, não é uma crítica política.”

**Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD**

**Transcrição:**

“Boa noite, mais uma vez.

Senhor vereador, a deputada do PSD, como todos os deputados aqui presentes, não estão a fazer uma avaliação política de um documento, estão a fazer, estão a verificar, estão a fiscalizar, porque é a sua função como deputados desta Assembleia, um Relatório e Contas que foi preparado, Relatório e Contas esse que foi preparado com erros e que tem que ser corrigido e foi isso que a deputada do PSD disse, não estamos apenas a discutir as políticas, não estamos apenas a discutir a gestão, obviamente que aí cada qual tem a sua opinião, e ninguém nos tira a nossa, mas os documentos têm que ser preparados com rigor e a técnica serve para isso, se os recursos humanos

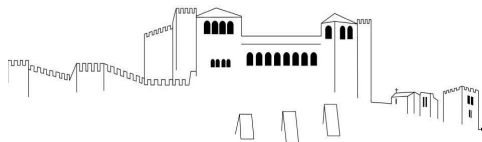
**(Presidente em exercício – Senhora deputada, peço desculpa, isso ofende-a em que sentido na sua honra? Os documentos estarem errados ofendem-na em que sentido?)**

Eu estou a esclarecer aquilo que, aquilo que o senhor vereador

**(Presidente em exercício - Não há esclarecimentos nenhuns, a defesa da sua honra...)**

Olhe, eu não posso, eu não posso ser atacada pelo senhor Presidente da Câmara quando diz “...a senhora, como a senhora deve saber...” nós estamos aqui a analisar documentos, não é como a senhora deve saber, a senhora não deve saber, todos devemos saber, não é? E o senhor vereador foi no mesmo sentido “...estamos a fazer uma avaliação política...”, não, não estamos, nós estamos a apreciar o Relatório e Contas, nós estamos a fiscalizar.

**(Presidente em exercício – Está esclarecido).** Pronto, muito obrigada. **(Presidente em exercício – eu por acaso discordo e faça uma avaliação política das contas e não uma avaliação técnica).** Então, mas faz mal porque só pode fazer uma avaliação



*política se as contas transmitirem (**Presidente em exercício – A Assembleia Municipal é um órgão político, não é o órgão técnico**). Sim, sim, é um órgão político, mas os documentos são técnicos tem que olhar para os documentos com a informação que elas são. Muito obrigada.*

**(Presidente em exercício - Senhora deputada, vamos passar à votação.**

**O entendimento da Mesa quanto à honra é que a honra é como está no Código Penal, não é que questões políticas, divergências políticas, disse isto ou aquilo, é uma questão pessoal, de ofensa pessoal à consideração devida à pessoa, não à questão política.)**

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **35 votos a favor** (33-PS, 2-PSD), **13 votos contra** (9-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP) e **2 abstenções** (1-CHEGA, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao ano de 2022**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 4 – Relatório e Contas de 2022 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2022** - Apreciação, discussão e votação;  
Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

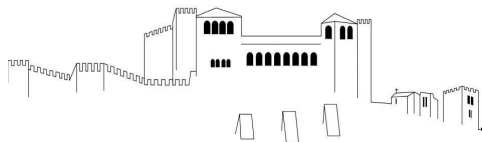
*O documento foi distribuído, não tenho para já nada a acrescentar. Poderei responder a questões que venham a colocar."*

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

*"Joana Cartaxo, PCP, muito boa noite.*

*Bom, queria deixar claro que nós tivemos o cuidado, apesar de acharmos que não é, enfim, democrático esta atitude da Câmara perante esta Assembleia Municipal aquilo que é, insisto, a entrega dos documentos antecipadamente e atempadamente para que possamos ter aqui uma intervenção responsável gostava de deixar claro que nós tivemos o cuidado de, no caso concreto do relatório dos SMAS, neste também e no ponto 2 fazer a nossa seleção em tempo curto das páginas que podíamos ter por direito impressas e mais uma vez agradeço à Célia pelo trabalho que teve numa véspera de feriado, portanto, queria deixar isto claro, mais uma vez, e reforçar, irei reforçar sempre, porque, de facto, cada vez está a ser mais evidente que esta maioria não gosta de oposição e, portanto, limita claramente o trabalho responsável que os deputados deste órgão têm e que devem exercer*



*na função que lhes foi confiada pelos munícipes, mas enfim, vamos ao ponto 4. Continuamos, tal como nos anos anteriores, a apontar questões ao modelo de gestão, bem como à entrega ao teatro da gestão do teatro Miguel Franco e do cineteatro de Monte Real. É necessário dar transparência à ação do teatro e do seu órgão de gestão, deve ser pensada uma estrutura e um modelo para resolução de problemas gestor, a câmara continua a utilizar o teatro para gerir o que este não deve gerir e em condições que não nos permite saber se cumprem em matéria de gestão, de pessoal, de gestão do espaço público e de despesa pública o que está determinado na lei para os municípios. O PCP reconhece avanços na programação e na conceção do papel da animação cultural levada a cabo pelo teatro José Lúcio da Silva com vista à democratização do acesso à fruição cultural, são, porém, avanços insuficientes. Mantêm-se as dissonâncias de opções quanto ao papel da entidade teatro José Lúcio da Silva no quadro da ação cultural municipal. A nossa apreciação é por isso negativa, muito obrigada.”*

**Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD**

**Intervenção:**

*“Boa noite, senhor Presidente.*

*Muito brevemente sobre este ponto do teatro sublinhar com regozijo ou com satisfação o resultado positivo de 60 mil euros, é sempre agradável que haja resultados positivos, mas também observar que foram transferidos cerca de 517 mil euros a mais em relação ao ano anterior de transferências de capital do município o que significa, se por acaso tivessem sido 617 teríamos o resultado não de 60 mas 160 mil, portanto, este resultado tem esta variação daquilo que são os valores transferidos pelo município. A outra nota que queria dar era em relação à questão do, do imóvel ou da propriedade do edifício e gostaríamos também, tão breve quanto possível, que isso ficasse esclarecido. Muito obrigado.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu nada ter a acrescentar.

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 4** à votação.

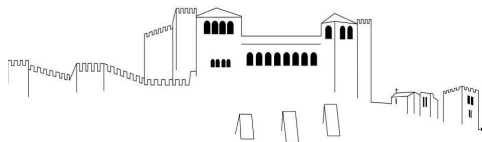
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **36 votos a favor** (33-PS, 3-PSD), **2 votos contra** (1-CDS-PP, 1-PCP) e **13 abstenções** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Relatório e Contas de 2022 e Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2022**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 5 – Juntas de Freguesia:**

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**

**Transcrição:**



*O Ponto nº 5 e das juntas de freguesia proponho que o tratemos, o 5.1 e o 5.2, ao mesmo tempo, senhor Presidente da Câmara, se faz favor.”*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal**

**Transcrição:**

*“O 5.1, portanto, é uma atribuição à Freguesia, União de Freguesias de Marrazes e Barosa, é uma alteração que estão a propor e o 5.2 é um contrato interadministrativo com a Freguesia da Maceira no âmbito da execução de obras diversas, portanto, também é para seguir aquilo que são os pedidos destas duas juntas em termos de alteração.”*

**Ponto 5.1 - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas do apoio para despesas de capital – União das Freguesias de Marrazes e Barosa** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, com a ausência do respetivo Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, a **Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas do apoio para despesas de capital – União das Freguesias de Marrazes e Barosa**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 5.2 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 8** - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria** com **50 votos a favor** (33-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do respetivo Presidente da Freguesia de Maceira a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 8**.

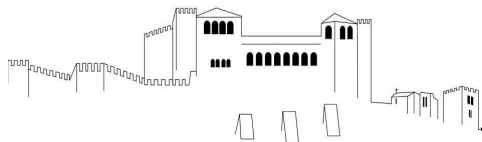
**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Transcrição:**

*“Muito boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.*

*Portanto, como já aqui viemos, é uma declaração de voto, votámos contra, simplesmente não somos contra estas atribuições, a verdade é que não temos outra vez*



*novamente, senhor Presidente, acesso ao estudo prévio, enfim, que vimos tantas vezes reclamar esta necessidade de forma a podermos, de facto, ter garantido o interesse público e a defesa do orçamento municipal, muito obrigado.”*

\*\*\*\*\*

**Ponto 6 – Contrato Interadministrativo - Obras 2023** - Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

*“Obrigado, senhor Presidente.*

*Tem a ver com o contrato interadministrativo - obras 2023, que inclui intervenções de beneficiação e melhorias em oito estabelecimentos de ensino e, portanto, a serem realizadas durante o período das férias escolares, interrupção letiva do verão.”*

**Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco - PS**

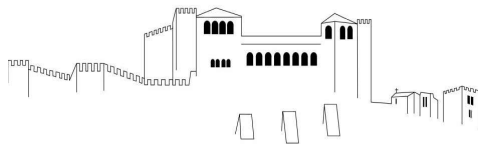
Transcrição:

*“Exmo. Sr. Presidente em exercício e na sua pessoa permita-me cumprimentar, de novo, todos os presentes e todos os que nos acompanham em casa.*

*Quando há rigor, articulação e empenho, não há que recear delegar competências em quem está mais próximo dos problemas, em quem tem de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades que surgem no dia a dia e, os autarcas das juntas de freguesia do nosso concelho que são tantas vezes o recurso primeiro da maioria da população, sabem bem desta realidade e, como tal, perfilham da ideia de que esta delegação de competências os ajuda a servir melhor os seus fregueses.*

*No que aos estabelecimentos escolares diz respeito quem conhece a sua realidade, sabe que por vezes não é fácil encontrar respostas a tempo e horas. E é por isso que esta delegação de competências no domínio da educação, indo ao encontro do que, efetivamente, é melhor para agilizar as necessárias respostas, permite melhorar os serviços prestados às populações das freguesias de Amor, Maceira, União das Freguesias de Colmeias e Memória, União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, União das Freguesias de Monte Real e Carvide e União das Freguesias de Parceiros e Azoia. Estes contratos irão permitir melhorar as condições de oito jardins de infância e escolas básicas do concelho, tornando refeitórios e instalações mais adequadas e confortáveis.*

*A descentralização de competências não é um momento, é um processo, e no município de Leiria, tem mostrado ser benéfico para melhor servir as pessoas e não é, como ouvi aqui hoje, nem realidade virtual nem motivo de ilusão.*



*Esse contrato interadministrativo, que apresenta um montante total de 714 mil 668 euros 80 cêntimos e que está a ser submetido hoje a esta Assembleia Municipal para efeitos de autorização, irá servir para melhorar as condições dos cidadãos. Acrescento- irá servir para melhorar as condições dos cidadãos, especialmente dos mais novos, os que carregam o futuro, e que não podem, nunca, e por motivo algum, ser esquecidos no presente.*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **50 votos a favor** (33-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-IL) e **1 voto contra** (1-PCP) o **Contrato Interadministrativo - Obras 2023**.

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

Dá-se como reproduzida a declaração de voto da senhora deputada Joana Cartaxo no ponto anterior.

\*\*\*\*\*

**Ponto 7 - Carta Educativa 2020-2030 – aprovação** - Apreciação, discussão e votação;  
**O senhor Presidente da Câmara Municipal** solicitou à senhora Vereadora Anabela Graça que efetuasse a apresentação do ponto.

**Intervenção da senhora Vereadora Anabela Graça**

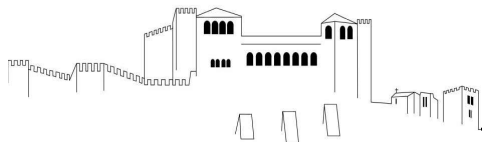
Transcrição:

*"Muito boa noite a todos. Cumprimento o senhor Presidente em exercício e em seu nome todos os presentes e também os munícipes que estão em casa a ver-nos.*

*Apresentamos a carta educativa, um documento que está em construção desde 2019 e que foi muito participado. Os deputados municipais tiveram, atempadamente, tempo para refletir e apresentar sugestões para a sua elaboração. É um documento longo com 334 páginas.*

*A Carta Educativa é um documento fundamental para definir o rumo da educação. No nosso concelho é importante que este instrumento de coordenação entre os diferentes atores educativos e aqui falo da Escola, Pessoal Docente, Pessoal Não Docente, os Alunos, as Famílias, Associações de Pais e também a relação que têm com a escola e com a comunidade e permite um diagnóstico profundo e preciso das necessidades educativas locais e, por isso mesmo, o fizemos com o conhecimento por parte dos técnicos dos municípios e das diferentes divisões.*

*O presente documento não foi elaborado por uma empresa da especialidade, mas sim construído pela equipa do município, 169 técnicos e coordenado cientificamente pela atual chefe de Divisão de Programas Educativos Dra. Célia Rodrigues, doutoranda na área de Sociologia, com o apoio do Dr. Paulo Felício – Diretor do Departamento de Educação, com larga experiência e conhecimento do nosso território. Ao longo destes anos fomos*

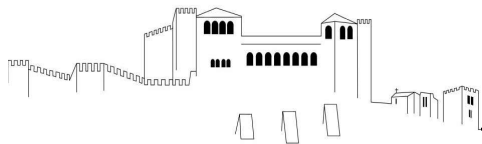


*construindo o documento com a participação das escolas em visitas, fóruns, reuniões, com as Associações de Pais, com as Direções, Docentes, Juntas de Freguesia, que tiveram conhecimento e oportunidade de opinar sobre o documento, com os líderes da bancada da Assembleia Municipal que foram convidados a participar nesta discussão construtiva. É uma Carta de segunda geração porque provocou uma participação da comunidade educativa. Na Carta Educativa, identificámos 3 problemas e desses conseguimos encontrar 31 medidas para ir ao encontro de respostas / soluções. De uma forma muito geral, o primeiro problema: fragilidades da rede escolar e aí teremos de eliminar problemas de sobrelotação das escolas sobretudo na área urbana. Depois temos o problema da fixação da população escolar nas áreas com uma densidade populacional mais reduzida e em decréscimo. Por outro lado, a modernização do parque escolar que é para nós uma constante preocupação e ao mesmo tempo uma constante ação. O outro problema que identificámos é relacionado com a cobertura e qualidade dos Programas Promotores de Sucesso Educativo e de Apoio à Família (que todas atividades que decorrem depois da componente letiva, desde o pré-escolar ao primeiro ciclo – AAAF e CAF até às AECs – Atividades Extra Curriculares). Para além disso, a identificação dos problemas ao nível dos transportes, das refeições e um outro problema que é atual, a integração dos imigrantes que chegaram nestes últimos anos. Só no território educativo temos 2.300 alunos que acolhemos de outros países e por esse motivo necessitamos de um programa de inclusão nas nossas escolas. Temos um crescimento demográfico só em três Uniões de Freguesias (União de Freguesias Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, União de Freguesias de Parceiros e Azoia e na União de Freguesias de Marrazes e Barosa) em todas as outras Freguesias e Uniões de Freguesia, há um decréscimo demográfico, portanto a variação é negativa, com exceção de três freguesias em que, apesar da variação ser negativa houve nestes últimos três anos, um aumento de alunos, de referir a Freguesia de Coimbrão, a União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista e a União de Freguesias de Colmeias e Memória.*

*Assim é necessário criar condições de atratividade tanto, para as famílias e respetivas crianças nestes territórios de baixa densidade.*

*Já no que diz respeito ao terceiro problema, a desvalorização do ensino profissional e a necessidade de garantia de formação ao longo da vida, é para nós uma área a trabalhar relativamente à informação e comunicação junto das famílias, a importância e valorização do ensino profissional ao nível da qualificação e também de progressão ao ensino superior. A outra área importante é a garantia da formação ao longo da vida, a aposta na qualificação da mão de obra e também na formação de adultos.*

*Estas são os 3 grandes domínios e a partir daqui desenharam-se 31 medidas. Esta Carta é um instrumento determinante ao nível dos investimentos futuros da Educação,*



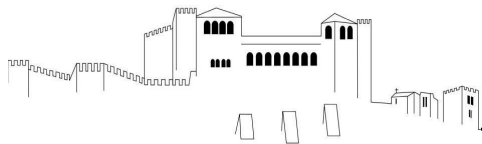
*nomeadamente no que diz respeito à aprovação das candidaturas aos fundos comunitários, pois sendo este um documento estrutural evidenciando as nossas necessidades e ao mesmo tempo apontando, dentro do parque escolar e do mapeamento que o próprio Ministério da Educação fez, quais são as nossas prioridades para a próxima década, assim como, dar respostas no âmbito sócio educativo.*

*É essencial que todos os deputados municipais reconheçam a importância deste documento e que aprovem a sua implementação porque sem dúvida acreditamos todos que a educação é a base de transformação social e que juntos podemos construir um futuro melhor para as próximas gerações se conseguirmos pôr em prática todas estas medidas que aqui apresentámos. Muito obrigada pela vossa atenção.”*

**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE**

**Transcrição:**

*"Exmo. senhor Presidente, Exma. senhora vereadora, obrigado pela sua apresentação, estamos de acordo relativamente à importância que devemos dar, que tem a carta educativa, infelizmente não me foi possível estar na reunião de 3 de março, espero que tenha recebido o e-mail com as reflexões que tencionava lá apresentar e nesse sentido eu gostaria também de partilhar um pouco aqui convosco essas reflexões relativas à carta educativa. Como disse a senhora vereadora, a carta educativa está sempre, está em sujeita construção e sujeita análise e em sujeita e em constante, eu peço desculpa se falhar alguma coisa, mas o adiantar da hora também já estou um pouco cansado, em constante remodelação e assim sendo, apesar do esforço que tem sido desenvolvido por todos e que nós consideramos que é positivo e nunca votaríamos contra esta carta educativa, parece-nos que ainda se poderá ir mais longe e neste sentido, nós gostaríamos de dizer, o Bloco de Esquerda no que a carta educativa diz respeito, privilegiamos propostas em três áreas específicas: 1ª, a carta educativa como elemento estruturante do Ordenamento do Território, considerando que a identificação com e o sentimento de pertença ou os espaços se constroem em relação direta com as respostas que nele encontramos para as nossas necessidades, parece-nos indiscutível que a oferta educativa é um serviço fundamental para se alcançar este objetivo. A existência de escolas próximas da residência permitindo uma vivência de bairro e a criação com laços de pertença surge assim como aspeto fundamental para melhorar a qualidade de vida das crianças e dos leirienses em geral. Nesse sentido, defendemos que, contrariamente ao que tem sido feito, em vez de grandes centros escolares com vários níveis de ensino se pensem os edifícios escolares para crianças do pré-escolar e do 1º ciclo como serviços de proximidade, edifícios identificados com áreas de residência, com áreas residenciais permitindo a fácil deslocação das crianças e o uso dos seus espaços fora dos tempos letivos. A 2ª proposta diz respeito à acessibilidade no*



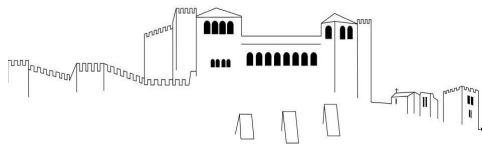
*contexto escolar, a necessidade de recorrer a transporte para a deslocação de crianças jovens deve apenas acontecer a partir do 2º ciclo, altura em que, para além de integrar alunos de idade mais avançada, trabalha com a exigência de distribuição do corpo docente e da componente curricular que dificilmente permite garantir a estabilidade por períodos alargados de tempo. Aqui, 2º 3º ciclos e secundário, defendemos que se estimule o uso de transportes públicos garantindo segurança, qualidade e gratuidade. A idade dos alunos do 2º ciclo pode exigir condições específicas de segurança incompatíveis com o uso mais alargado dos veículos, assim sendo defendemos que se estude a possibilidade da criação de um serviço de autocarros exclusivamente dedicado às necessidades dos agrupamentos escolares. Por fim, a carta educativa como fator de inclusão de identificação de limitações sociais e de saúde. Objetivos, identificação precoce de condicionantes sociais e ou de saúde com reflexos na aprendizagem, criação de respostas para os jovens com limitações mais complexas de modo a potenciar ao máximo a sua autonomia possível, os pais não vivem para sempre, não podem viver eternamente na escola e muitos deles podem desempenhar serviços socialmente úteis. Tendo em conta a estabilidade garantida pelo percurso imposto pela escolaridade obrigatória é possível não só fazer o diagnóstico precoce de situações que exijam intervenções especializadas como desenhar e aplicar um plano de intervenção de duração de 9 a 12 anos para tanto apenas necessitamos da cooperação da Saúde, da Segurança Social e da Educação de modo a que as situações especiais sejam atempadamente identificadas pelos serviços com competência para neles intervir. Não podemos estar dependentes da sensibilidade e conhecimento das famílias ou à espera de sinais de alarme que surjam no meio escolar. Apesar do seu contacto direto e boa vontade dos professores e auxiliares para colmatar e identificar os problemas dos alunos, os mesmos não possuem, contudo, competências técnicas para realizar esse necessário diagnóstico. Muitas vezes um défice de atenção, uma dificuldade de aprendizagem e/ou de expressão ou até um comportamento desadequado em contexto escolar pode ser um sintoma de um problema clínico que só um pediatra ou um pedopsiquiatra consegue diagnosticar, este problema pode e deve ser corrigido com a criação de equipas de intervenção precoce na área da saúde em contexto escolar. Ficam estas reflexões para uma futura carta educativa que venha aqui a ser discutida e aprovada. Disse. Muito obrigado."*

**Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL**

**Transcrição:**

*"Muito obrigado, senhor Presidente.*

*Em 1º lugar estendo os meus cumprimentos à senhora Vereadora e à equipa que ajudou na redação deste documento, é um documento que achamos positivo, acho que está bem redigido, identifica bem quais são as problemáticas e quais são as potenciais soluções. No*

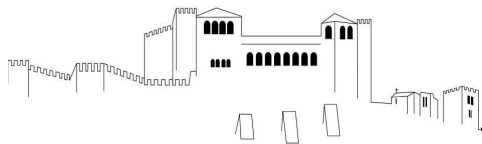


*entanto, não poderia de consciência não vir explicar aquilo que a Iniciativa Liberal defende para o ensino. É uma mudança de paradigma completamente diferente, não é algo que este documento se aproxime, mas compreendemos que se trata de um documento que é redigido naquilo que são os limites e as responsabilidades de, de um município, mas não poderia em consciência não explicar aquilo que nós defendemos porque vamos votar positivamente este documento, portanto, preciso de explicar o porquê de votar algo que aparentemente vai contra aquilo que defendemos. Aquilo que a Iniciativa Liberal defende é aquilo que chamamos de "cheque-ensino" e é uma coisa, muito simplesmente diz o seguinte: o orçamento para o ensino continua o mesmo, mas, em vez do orçamento do dinheiro ser transferido do Estado para as escolas, o dinheiro é transferido do Estado para os alunos ou para os encarregados de educação, portanto, o orçamento não aumenta por si só, mas os pais, os encarregados de educação ficam com o poder para decidir em que escola podem colocar os filhos. Isto é uma mudança de paradigma que, no meu entender e no entender da Iniciativa Liberal, resolve mais facilmente muitas das problemáticas que estão identificadas neste documento. Primeiro resolve um conjunto de coisas, mas hoje quero só enfatizar duas, primeiro a questão da suborçamentação, se um aluno custa X e se o encarregado de educação chega a uma escola com o cheque-ensino a escola recebe aquele financiamento em X, ponto final, mais um aluno, mais orçamento, Não há truques orçamentais, não há forma de passar a perna, mais aluno, mais orçamento, escolas que recebem mais alunos têm mais orçamento para conseguir expandir-se. Isto era um dos pontos que, peço desculpa, mas também já estou cansado por causa do, do passar da hora, portanto, o problema da suborçamentação e o problema da igualdade do acesso. Se um aluno custa X para formar então não interessa se é uma escola pública, uma escola privada ou se é algo no meio. Um aluno custa X, o pai pode escolher, o pai ou a mãe, o encarregado de educação pode escolher onde quer colocar o filho seja público, privado, social ou outra coisa qualquer. De consciência tranquila por ter explicado exatamente qual é a posição que a Iniciativa Liberal defende, compreendendo que isto não é algo que está ao alcance da responsabilidade daquilo que é o município votaremos a favor desta, desta carta que já disse, mas volto a frisar, parece bastante positiva, parece-me bem redigida e é um passo, é um passo positivo. Muito obrigado."*

**Intervenção da senhora deputada Eugénia Costa – PSD**

**Transcrição:**

*"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, permita-me que em seu nome cumprimente todos os elementos presentes, senhor presidente da Câmara, vereadores, presidentes de juntas de freguesia, caros Deputados, equipa de apoio técnico,*



*tradutores em língua gestual, comunicação social, quem nos acompanha à distância, a todos muito boa noite.*

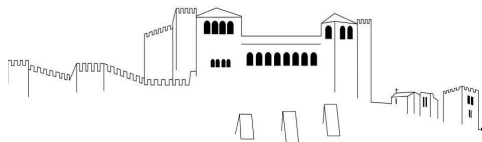
*Começo por agradecer as palavras da senhora Vereadora da Educação pela apresentação que foi muito boa, foi transparente e também honesta ao mesmo tempo e humilde apresentando os pontos mais complicados.*

*Apesar da bancada do PSD aprovar o documento de trabalho «Carta Educativa» que se apresenta, consideramos que: a educação deve ser vista como um dos pilares de desenvolvimento de toda a sociedade. A passagem de políticas de administração em educação altamente centralizadoras para políticas descentralizadoras e a consequente transferência de competências para o local, levou a administração central a dotar as autarquias de instrumentos de planeamento que permitissem dar resposta às necessidades locais. Assim, o Estado mas também, a Câmara Municipal de Leiria, tem um papel primordial em fornecer este "bem" à sociedade para a tornar mais desenvolvida, justa e igual*

*De acordo com as diretivas do (art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01), a Carta Educativa é o documento que espelha as políticas educativas do município, que muito para além de caracterizar a situação atual, deve ser "a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município".*

*A Carta Educativa 2030 agora apresentada, enquanto documento está muito bem concebida, mas, continua a escassear resposta aos objetivos principais do artigo do decreto-lei acima citado:*

- 1. Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente.*
- 2. Ser o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação.*
- 3. Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.*
- 4. Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.*



5. *Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas deste.*

*Continuam a plasmar-se os problemas com que nos temos vindo a debater no nosso concelho, nomeadamente:*

*1. Escolas sobrelotadas, onde o número de alunos colocados superou a capacidade existente, fruto de grande parte dos projetos de intervenção identificados na carta educativa de 2007 não terem sido executados. Há grande escassez de escolas de proximidade e identificadas com a sua área geográfica;*

*2. Propõem-se melhorar os transportes escolares adaptando os horários das Escolas, quando são as Escolas a solicitar a alteração dos horários dos transportes para alargar o período letivo e conseguir gerir a sua sobrelotação. Para quando o investimento em transportes adequados e exclusivamente escolares, de proximidade à população local, a partir do 1º ciclo, permitindo a redução substancial de veículos em circulação, especialmente na zona urbana? Por outro lado, seria um incentivo a uma maior autonomia e cidadania responsável nos alunos. Uma deliberação deste género decerto que esbateria a categorização que Leiria tem como pior zona do país a usar transportes públicos.*

*3. A qualidade dos ingredientes da alimentação servida nas escolas, bem como a quantidade fornecida em algumas delas é uma grave falha, uma vez que para muitas crianças é a principal refeição do dia;*

*4. Mantêm-se as debilidades estruturais de cada escola, sem reabilitação num espaço temporal adequado. O objetivo deverá ser escolas mais confortáveis e seguras, criando um parque escolar mais sustentável e de baixa manutenção.*

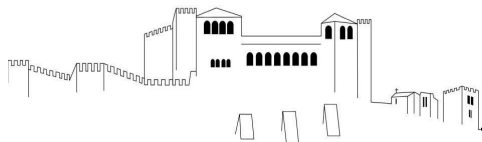
*Denota-se também insuficiência estratégica, prospetiva ou proativa porquanto, por exemplo, não acautela os efeitos demográficos, hoje bem notórios e que se tendem a acentuar, fruto das políticas migratórias, em particular do novo regime de entrada e permanência de cidadãos nacionais dos países de língua oficial Portuguesa, e não se calendariza num espaço temporal adequado a implementação das medidas propostas.*

*O PSD-Leiria entende que a Educação é uma prioridade. Para além de se falar em escola para todos, modernidade, sustentabilidade e sucesso, o primado da política educativa deve ser uma escola inclusiva, digna e igual, afirmar-se pela qualidade formativa, pelo conforto, pela segurança, alimentação e transportes.*

**Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS**

**Transcrição:**

*"Marta Violante, PS.*



*Senhor Presidente da Assembleia em exercício, continua sem estar, não é?, mas na pessoa do senhor Presidente da Assembleia em exercício, cumprimentar todos os elementos da mesa e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa cumprimentar todos os senhores vereadores, senhores presidentes de juntas e uniões de freguesia, caros intérpretes de língua gestual portuguesa, staff de apoio à realização desta Assembleia, senhores jornalistas, público aqui presente ou em regime online, boa noite.*

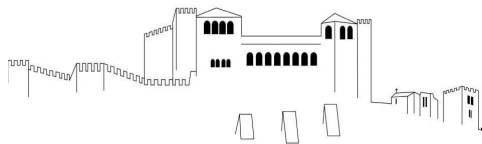
*Sendo deputada municipal falarei também da perceção que tenho enquanto encarregada de educação, que também sou, sobre a Carta Educativa 20-30. E desta perspetiva, o que os encarregados de educação priorizam, são garantias ao nível da qualidade de ensino prestado aos nossos educandos e adequação dos equipamentos escolares. Somos, felizmente, cada vez mais exigentes e procuramos também oferta diversificada de atividades extracurriculares e complementares que concorram em estreita articulação com as disciplinas de aprendizagens formais, para que todos e cada um dos alunos possa atingir o seu máximo potencial. Queremos uma escola de atitudes e comportamentos inclusivos e que saiba fomentar nos alunos princípios e valores que lhes permitam responder com elevação aos desafios vindouros.*

*Desta perspetiva, o documento aqui hoje em discussão vem responder a estas e outras preocupações, desde a idade pré-escolar até ao ensino secundário:*

- Prevê de forma concreta melhoramentos e alargamento do parque escolar;*
- Oferece respostas para a promoção do sucesso escolar e qualidade educativa, e para o combate ao insucesso escolar, disponibilizando uma equipa multidisciplinar especializada em várias áreas;*
- Incentiva o ensino profissional orientado para a adequação da oferta à procura;*
- Garante a continuação da monitorização do programa de refeições;*
- E reflete ainda a preocupação com a valorização e formação dos profissionais docentes e não docentes.*

*A visão deste documento é holística e abrangente do ponto de vista da resposta concreta. Mas quero ainda salientar a forma alargada como o executivo desenvolveu o processo da sua construção, envolvendo os vários parceiros educativos e órgãos autárquicos, numa estratégia metodológica de cariz, assumidamente, participativa. Foram realizadas diversas ações, como já foi exposto e Participaram Escolas, Associação de Pais, Juntas de Freguesia, Líderes de Bancada Parlamentar desta mesma Assembleia, entre outros elementos da Comunidade Educativa. Por outro lado, até 25 de setembro próximo, quem entenda participar poderá fazê-lo enviando por email os seus contributos*

*Assume a CMLeiria este procedimento de incluir na construção da proposta os agentes intervenientes como também os contributos por parte daqueles que serão os beneficiários*



*das mesmas e que, porquanto, as validam. Quanto a nós, este é o procedimento, este é o caminho para se garantir uma governação justa, séria e significativa agora e para o futuro da comunidade.*

*Votamos a favor da aprovação da Carta Educativa 2020-2030 e, levando em consideração que este documento tem reunido consenso nos vários patamares de validação por que tem passado, ficamos na expectativa de que aqui venha a merecer o mesmo tratamento. cremos que estaremos de acordo. Não só pela valia que traz à comunidade escolar, como por sabermos que um voto reforçado por esta assembleia é um forte argumento, em candidaturas, nomeadamente, de melhoramentos do edificado da rede escolar. Disse”.*

**Intervenção do senhor Presidente em exercício**

**Transcrição:**

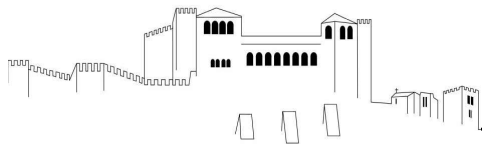
*“Obrigado, senhora deputada. Só salientar que há pedidos na Mesa para que a Assembleia, a sessão terminasse à meia-noite, agora é 1h da manhã, está a ser, mas o senhor Presidente da Câmara pretendia que o Ponto 8 ainda fosse discutido e votado, de modo que só chamo a atenção para as pessoas inscritas se é possível fazerem um esforço de síntese no sentido de terminarmos esta discussão. Faz favor, senhor deputado Fernando Elias. **(gravação impercetível)** Com o 8 inclusive. **(gravação impercetível)** Ponho, a seguir a acabar este ponto ponho à consideração da Assembleia. Só disse que o senhor Presidente da Câmara pretendia que o Ponto 8 fosse discutido hoje, a Assembleia é soberana.”*

**Intervenção do senhor deputado Fernando Elias – PS**

**Transcrição:**

*Então muito boa noite. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia em substituição cumprimento todos os presentes, naturalmente, as pessoas que em casa nos estão a acompanhar.*

*Trago aqui 3 breves notas, gostaria de ter mais tempo para falar sobre uma questão que a todos nós nos entusiasma e faz ver o futuro com grande convicção de que Portugal, e particularmente o concelho de Leiria, sempre haverá naquilo que é fundamental em termos de educação, mas dado o adiantado da hora e tendo em conta aquilo que foi dito anteriormente situar-me-ei em 3 relevantes notas, salvo melhor opinião. A educação merece um olhar, uma intencionalidade, uma resposta, como já aqui foi dito, prospetiva, robusta, consistente, pró-ativa, configurada sempre numa visão que tem que ser estratégica e sustentada claramente, inequivocamente em pilares que são fundamentais sucesso, qualidade e cuidado. Estas são clara e inequivocamente as evidências que transversalizam a carta educativa 2020/2023. 2ª nota que ao longo destes últimos anos tem aqui sido posta em evidência é o trabalho da vereação da Educação e da sua equipa*

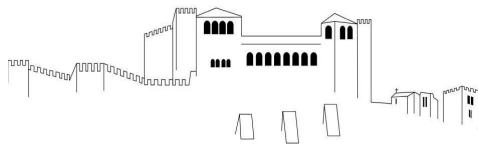


*demonstrando uma grande capacidade com potencial, mas também uma visão estratégica de proximidade com as pessoas e de futuro. Olhando para esta carta nós percebemos que ela tem, sendo ela dinâmica e, portanto, reajustável ao longo do tempo, mas percebemos claramente que está aqui prevista a consolidação da qualidade de oferta da escola a tempo inteiro. Há uma política clara, inclusiva da requalificação das escolas nas aldeias, cito Bidoeira, Colmeias, Bajouca, Caxieira, Maceira. E falámos aqui de centros urbanos, mas centros urbanos em Leiria só existem claramente na zona urbana, portanto, a redistribuição do espaço está bem pensada estrategicamente, mas também reflete uma estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo. É conhecida, é conhecido a nível nacional, são conhecidos, perdão, a nível nacional os resultados muito eficazes que as equipas multidisciplinares que ao longo de 2 anos e pouco têm trabalhado sobre a tutela e a supervisão da Câmara, da Vereação da Educação têm conseguido nestas duas grandes áreas de intervenção educativa. Como sabem, nós não conseguimos controlar a entrada dos imigrantes em Portugal e em Leiria, naturalmente, mas termos escolas sobrelotadas também significa uma coisa muito importante, significa que este território é claramente atrativo. Por último, que é uma coisa que, fui profissional da educação 47 anos, que me apraz muito registar é a tendência para os princípios alinhados com uma escola que tem que ser claramente no futuro que começa já hoje, inclusiva, integradora e transformadora. Por último, dizer a todos vós que o concelho de Leiria, as suas 18 freguesias e uniões de freguesias, os cidadãos as cidadãs que nos estão a ouvir podem regozijar-se pois esta carta, embora sendo um documento dinâmico e reajustável, vai contribuir inequivocamente para a consolidação de um concelho cada vez mais educador, inovador, sustentável e criativo para todos. Termino dizendo, eu só gosto de dizer o que sinto e aquilo que observo e aquilo que é factual, é inequívoco, a educação no nosso concelho tem claramente um rumo. Tenho dito.”*

**Intervenção do senhor deputado Dário Joaquim – CDS-PP**

**Transcrição:**

*"Obrigado, senhor Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento uma vez mais todos os presentes, cumprimentar também todos aqueles que nos assistem lá em casa. A minha 1ª palavra vai para a senhora Vereadora da Educação, cara professora, independentemente do partido ou das cores agradecer toda a sua dedicação à educação em Leiria, em particular, e do trabalho que tem desenvolvido, podemos discordar numas matérias, concordar noutras, eventualmente, mas não poderia deixar de fazer esta, esta referência. Contudo, permita-me um em 1º lugar questionar e entretanto farei também algumas observações mais concretas a propósito da carta educativa que, de facto, a senhora vereadora teve diversas reuniões elementos, com elementos, de alguma forma*

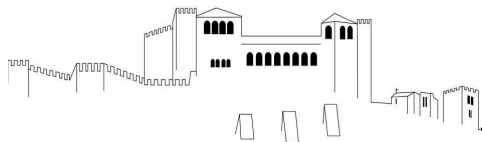


*procurando contribuir para esta mesma carta, mas segundo sei e recorde, a título de exemplo, nas reuniões que teve com as associações de pais que terá dado aqui eventualmente algumas indicações da possibilidade de contributos e tendo inclusive lançado uma data à qual poderiam enviar esses mesmos contributos e julgo ter sido dia 25 de fevereiro. Não obstante esta indicação, por algum momento poderia ser um lapso ou estar errada, inclusive no site do município encontramos esta referência e cito: "...os contributos para a carta educativa 2020/30 deverão ser enviados até 25 de setembro para o email em referência...", questionar se terá existido um acelerar das circunstâncias na produção deste documento, se sim qual o motivo em particular. Concretamente, relativamente à carta, de entre as várias intenções e projetos indicados podendo, obviamente, referenciar diversos, mas de alguma forma permitam, peço desculpa, de alguma forma permitam mencionar o seguinte, que deixa da parte do CDS uma nota positiva relativamente a algumas observações, mas uma em específico, a título de exemplo, o aumentar do raio de influência do colégio da Cruz da Areia, dentre as várias referências a instituições fora do ensino público de ensino questionar se isto representa a defesa dos contratos de associação com estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, uma escola localizada na área urbana do município reconhecido como uma zona, numa zona de sobrelotação nos estabelecimentos educativos, se representa um colocar de lado de uma visão ideológica defendida pelo Partido Socialista dada a força do pragmatismo, se representa um objetivo poder já no próximo ano letivo 2023 / 2024 abrir turmas por contrato de associação retirando pressão da falta de espaço nas diversas escolas melhorando a qualidade de ensino de todos os alunos e contribuindo para a diminuição de alunos por turma comprovadamente benéfico para o percurso, ensino e aprendizagem dos alunos. Questionar ainda se o facto de o município ter recebido a transferência de competências na área social, se o conhecimento destas matérias de uma forma mais precisa e próxima não torna desde já este documento um pouco menos preciso, diga-se, podendo ir mais longe no que está previsto na carta educativa complementando este projeto de intenções. Obrigado."*

**Intervenção da senhora Vereadora Anabela Graça**

**Transcrição:**

*"Relativamente à questão das datas dar a seguinte informação, o facto de nós termos que apresentar candidaturas para a requalificação das escolas houve necessidade de acelerar este processo porque para nós é muito mais confortável termos um documento estruturante do que diz respeito a instrumentos de trabalho para que o Ministério da Educação com base nesse documento que possa perceber que nós estamos a trabalhar com rumo e, portanto, as nossas propostas são propostas que são aceites pela comunidade e daí a data que foi*



*proposta inicialmente teria, que seria o tal setembro foi antecipada e por isso é que nós marcámos reuniões com os grupos, com os líderes das bancadas da Assembleia. Relativamente à questão que foi colocada pelo CDS, nós temos, como eu disse, o problema na cidade de sobrelotação e temos infraestruturas que neste momento estão a trabalhar com o Ministério de Educação, que é o Colégio Conciliar Maria Imaculada, o Colégio Nossa Senhora de Fátima, na cidade. Como o Colégio Nossa Senhora de Fátima não tem capacidade para mais turmas o que nós propusemos, face à sobrelotação da escola José Saraiva, foi haver a possibilidade de aumentar o número de turmas com contrato de associação no Colégio Conciliar Maria Imaculada. Da mesma maneira, relativamente ao agrupamento dos Marrazes, há também uma sobrelotação e nesse sentido propusemos um aumento de turmas no Colégio dos Milagres, portanto, isto com a aprovação dos diretores das escolas públicas porque face à urgência, e também dando aqui resposta ao PSD, claro que nós não conseguimos prever uma chegada de 2 mil alunos num curto espaço de tempo na cidade, não é? E, portanto, não há capacidade ao nível do pré-escolar, conseguimos abrir duas salas nos Marrazes, mas temos muita dificuldade na área urbana em dar uma resposta de um ano para o outro, não é? E, portanto, houve esta negociação com o Ministério da Educação, vamos ver se vão ser ou não aprovadas mais turmas no âmbito do contrato de associação porque até agora a escola pública também precisou das infraestruturas dos colégios num sistema de complementaridade e, portanto, a aprovação dos diretores destes agrupamentos foi nesse sentido numa conciliação de uma resposta adequada às nossas necessidades, muito obrigada.”*

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 7** à votação.

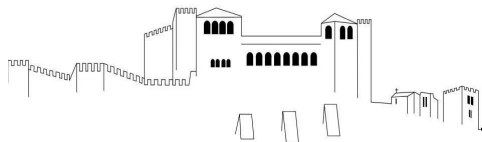
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **49 votos a favor** (33-PS, 12-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS-PP, 1-IL) e **2 abstenções** (1-BE, 1-PCP), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Carta Educativa 2020-2030 – aprovação**.

\*\*\*

#### Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

##### Transcrição:

*"Estamos então no Ponto 8 que pode ser discutido em conjunto, mas se a Assembleia deliberar acabar aqui, acaba aqui, claro, senão eu proponho que se discuta o Ponto 8.1 e 8.2 mesmo tempo e acabando a discussão e a votação encerramos a sessão. Sim, sim (**gravação impercetível**). Senhor Presidente da Câmara, como é que ficamos? (**Presidente Câmara Municipal - A Assembleia é soberana, para mim é indiferente, eles é que decidem, portanto, não sou eu**). Fica para maio? (**Presidente Câmara Municipal - Acho que estamos todos cansados, não é só desse lado, também é***



**deste, não é? como é óbvio.)** *Então, esta sessão, vamos votar só a questão da aprovação em minuta, esta sessão vai acabar aqui e vai haver uma nova sessão que não tem nada a ver com esta, extraordinária, portanto, em maio, dia 26, provavelmente.*

*Então vamos votar, porque já tínhamos votado isto, não é? Portanto, vamos votar a aprovação em minuta das deliberações tomadas até agora. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade as deliberações. Muito boa noite, até à próxima vez.”*

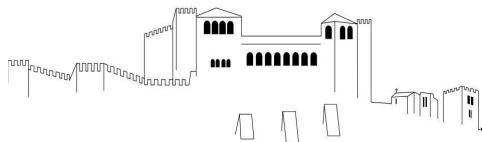
### **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **02h13** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

### **APROVAÇÃO DA ATA**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 21 de junho de 2024, deliberou **por maioria, com 1 abstenção, aprovar a ata.**



O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria  
António Lacerda Sales

Assinado por: **ANTÓNIO LACERDA SALES**

Num. de Identificação: BI04380879

Data: 2024.08.08 13.37.44 GMT Daylight time

---



A Técnica Superior  
Catarina Isabel dos Santos Clemente

---